



MASSAS

Órgão da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário - Ano I - nº 08 - julho de 1990 - Cr\$ 30,00

Por uma mobilização nacional para valer

A CUT e a CGT marcaram uma greve geral para o dia 12 sem fazer nenhuma preparação. Depois a desmarcaram quando crescia o movimento grevista pelos 166% e contra as demissões. Logo em seguida, Collor lançou a ofensiva de cortes e afastamento em massa de funcionários públicos. Politicamente a situação é favorável para desencadear a luta de massa contra a fome e a miséria aumentadas com o confisco salarial e desemprego.

No Congresso, os partidos burgueses já não conseguem apoiar totalmente as medidas antipopulares. Os Ministros atiram em torno da nova política salarial e da quantidade de demissões. Entre a burguesia, há setores temerosos quanto aos resultados de uma ampla abertura do mercado interno ao imperialismo. E, principalmente, os assalariados retomam o eixo das lutas grevistas. Esses elementos indicam a existência de um momento propício para se enfrentar nacionalmente o governo pró-imperialista, iniciando uma campanha geral de unificação e centralização da maioria nacional oprimida em torno do proletariado para pôr abaixo o Plano de miséria e de quebra econômica. Neste sentido, defendemos que a CUT convoque urgentemente um CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DE BASE para aprovar uma plataforma operária para a crise e para armar as condições políticas e organizativas de enfrentamento aos exploradores.

Collor promete mais recessão, arrocho e desemprego. O imperialismo exige abertura total do mercado e desnacionalização.

Ainda se coloca:

**Preparar a greve geral por tempo indeterminado,
Convocar um Congresso extraordinário de base por:**

- ***Salário Mínimo Real de 35.000,00 com escala móvel dos salários***
- ***Reposição das perdas de 187,90%***
- ***Estabilidade no emprego, com escala móvel das horas de trabalho***
- ***Terra aos camponeses moradia aos sem-teto***
- ***Nenhuma desestatização e controle operário***
- ***Não pagamento da dívida externa***
- ***Expropriação dos grandes monopólios econômicos financeiros e comerciais***
- ***Por um governo operário e camponês***

ABAIXO O PLANO COLLOR

em defesa da escola pública

No dia 16 de junho a T.POR realizou, na sub-sede da regional oeste da Apeoesp, um debate sobre o tema da Escola Pública e as tarefas do movimento da educação.

A discussão esteve centrada na análise da decadência do ensino como reflexo da decomposição do capitalismo. A destruição do ensino é parte da destruição das forças produtivas que o regime capitalista é forçado a executar pela contradição entre as potencialidades das forças produtivas e a propriedade privada capitalista. Nos países atrasados e semicoloniais como o Brasil esta destruição é imposta pela opressão nacional.

Diante disto, a bandeira do ensino público, único, gratuito e autônomo tem um caráter democrático. A sua função é agrupar por detrás do proletariado o movimento dos professores, estudantes e das massas em geral e opô-los ao imperialismo. Isto porque a conquista de uma escola pública, única e a serviço do desenvolvimento das forças produtivas nacionais supõe a emancipação nacional da dominação imperialista e a única classe capaz de desenvolver uma luta conseqüentemente antiimperialista até o fim é a classe operária.

No decorrer do debate se analisou as experiências com o reformismo e com o nacionalismo em defesa da escola pública. A conclusão foi que todos eles acabaram de joelhos perante o clero e o grande capital, por estarem limitados ao horizonte burguês.

Pelo contrário, a T.POR defende claramente que a construção de um poderoso movimento na educação em defesa da escola pública passa por sua colocação sob a orientação da classe operária e a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A este propósito responde o chamado que fazemos para construir uma Corrente Proletária na Educação.

estudo da teoria leninista do partido

Promovidos pela T.POR foram realizados em Diadema e São Paulo as jornadas de Estudo Revolucionários que reuniram numerosos militantes do movimento sindical e popular durante os últimos fins de semana de maio e junho.

O tema destas jornadas foi a teoria leninista do Partido, tendo como base o texto de Guilherme Lora "A Teoria Marxista do Partido Político", o "Que Fazer?" de Lenin e as Resoluções dos 4 Primeiros Congressos da III Internacional.

A assimilação pela vanguarda das concepções marxistas adquire neste último período uma importância decisiva, uma vez que o ataque às posições revolucionárias tomou as dimensões de uma verdadeira cruzada que reúne os reformistas e democratizantes de dentro e de fora do PT.

Nesta cruzada contrarrevolucionária se destaca com particular gravidade os ataques à concepção do Partido Revolucionário. A Articulação, a VS e a DS se declaram abertamente inimigas do partido de quadros, do partido bolchevique leninista. A ele opõem a concepção de partido de massas eleitoreiro. As correntes pseudo trotskistas que vegetam dentro do PT capitulam uma atrás das outras perante estes ataques e, na prática, se colocam contra o leninismo.

A T.POR, pelo contrário, levanta bem alto a bandeira do leninismo, defende o Partido do tipo bolchevique como o único que corresponde a estratégia da revolução e ditadura proletária e combate dentro e fora do PT pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Mais um passo na barbárie capitalista Defender a escala móvel de emprego

O governo acaba de publicar no Diário Oficial uma lista de 75 mil funcionários demitidos ou afastados do trabalho com seus salários rebaixados. Está aberta a cruzada de demissões em massa, que deverão chegar à meta de 360 mil. Segundo Collor, trata-se de uma medida necessária para resolver o déficit público e enxugar a máquina estatal. Entretanto, está mais do que provado que a falência do tesouro tem sua causa na monumental dívida interna e externa e na vasta corrupção financeira destinada a favorecer alguns grupos capitalistas e às oligarquias parasitárias. O Estado nacional está quebrado não por causa dos funcionários, que na sua grande maioria ganha salários de fome, mas sim devido à brutal crise capitalista e à submissão do país à exploração imperialista.

Porém, não só os assalariados federais estão sob a mira dos opressores. As demissões no setor privado atingiram um número nunca visto no Brasil. E não pense que as coisas vão parar por aí. A recessão poderá se aprofundar mediante novas medidas monetaristas já anunciadas pelos ministros econômicos. Considerara a massa crônica desempregada e subempregada, esta onda de demissões agravará a crise social a um grau elevadíssimo.

A determinação do governo em pôr na rua 360 mil assalariados demonstra o quanto os capitalistas já não podem assegurar o trabalho para uma enorme camada da população, cuja única fonte de sobrevivência está na venda de sua força de trabalho. Na história do capitalismo isso não é uma novidade. Quando as forças produtivas podem ser desenvolvidas, os capitalistas empregam uma maior quantidade de trabalhadores para explorá-los, mas quando estas são bloqueadas pela crise de superprodução, então, jogam no desemprego o quanto for necessário para manter a saúde das empresas.

Por seu lado, a burocracia sindical ou fecha os olhos ou faz corpo mole frente às demissões. Às vezes chega a justificar a sua necessidade para não quebrar as fábricas. A T.POR, ao contrário, chama as massas a lutarem com toda a sua capacidade para defender a vida dos assalariados, que são a força viva da produção de riqueza.

Para a quebra dos capitalistas, há um solução: as massas se apossarem do poder político e econômico. E, para isso, se começa por defender a estabilidade no emprego, com escala móvel das horas de trabalho, que quer dizer que as horas nacionais necessárias para a produção serão divididas entre todos os que estão capacitados a trabalhar, reduzindo assim a jornada sem reduzir os salários, de forma que não haja mais nenhum desempregado ou subempregado. Fora dessa luta, só teremos capitulação diante da barbárie capitalista.

Salário Mínimo Real com escala móvel

Com o governo Collor, o salário mínimo atingiu o menor poder de compra. Já em fevereiro, equivalia apenas a 32% de seu valor original, estabelecido em 1940. Em abril, o governo pré-fixou em zero o reajuste de todas as faixas salariais, impondo uma perda de aproximadamente 84,32%. Somada às demais perdas, o salário mínimo foi achatado próximo ao 166%. Para se ter uma idéia mais completa, o mínimo atual é de Cr\$ 3.857,70, quando, segundo os cálculos do Dieese, deveria ser próximo a Cr\$ 35.000,00.

Vejam qual é a variação do salário mínimo ou a porção que é paga, para quem é obrigado a morrer aos poucos, em relação às taxas públicas de água e luz, sem falarmos do custo da alimentação e moradia, que são mais violentos ainda.

VARIAÇÃO NOS ÚLTIMOS 7 MESES, DE NOVEMBRO DE 1989 À MAIO DE 1990.

	reajuste em 7 meses	
Salário mínimo do governo Cr\$ 3.857,70	289,74 %	Diferença
Tarifa de água (taxa mínima) que atinge 95% dos assalariados	567,22 %	= 277,48 %
Tarifa de Luz: (Taxa mínima)	624,66 %	= 334,92 %
SALÁRIO MÍNIMO DO GOVERNO Cr\$ 3.857,70		
SALÁRIO MÍNIMO DO DIEESE Cr\$ 35.000,00. Diferença = 777,66 %		

O miserável salário mínimo torna-se aterrorizante quando vemos que cerca de 60% dos assalariados ganham até 3 mínimos e destes pelo menos 20 milhões vivem com menos de 1 salário mínimo. Os trabalhadores, nestas condições, estão condenados à indigência. Não conseguem alimentar-se e nem às suas famílias. Com o crescente aumento da cesta básica e aluguel se vêem ameaçados fisicamente. Muitos de seus filhos andam descalços, tornam-se pedintes e muitas vezes se marginalizam, principalmente quando vem o desemprego.

Quem não vê que cada vez mais os trabalhadores não podem comprar a quantidade suficiente de pão e leite, sem falar na carne, arroz e o feijão? Quem não vê que aumentam as doenças provenientes da inanição, e o assalariado ainda por cima não pode comprar sequer o remédio?

O baixo salário mínimo é uma condição para a superexploração capitalista. Por isso, 60% dos que trabalham recebem até 3 mínimos e vivem na miséria, apesar de produzirem a maior parte da riqueza do país, que fica com uma pequena minoria.

O plano de salvação dos interesses patronais de Collor tem por base o achatamento maior ainda do mínimo. A burocracia sindical, seja reformista ou direitista, se nega a chamar as massas a acabar com essa situação, saindo às ruas pelo salário mínimo real (agora, de 35 mil), combinado com o mecanismo de reajuste automático, isto é, a escala móvel dos salários.

O capitalismo atravessa uma grande crise e ela é descarregada inteiramente sobre os oprimidos. Aqueles que recebem até 3 mínimos são criminosamente sacrificados. E os capitalistas dizem que deve ser assim para, no futuro, as coisas melhorarem. E, constantemente, ameaçam com a quebra das empresas frente às reivindicações salariais. Por outro lado, os reformistas falam muito em uma política salarial de defesa do trabalhador, mas se negam a levantar a bandeira do mínimo e da escala móvel dos salários para mobilizar os trabalhadores. A T.POR rejeita essa posição pró-capitalista e defende:

Para impedir que os trabalhadores adoçam, morrendo aos poucos de fome; Para impedir que suas famílias vivam na miséria; Para impedir que seus filhos fiquem raquíticos ou morram cedo; Para acabar com a fome e a marginalidade; Para acabar com a humilhação dos que produzem a riqueza do país; Para se impedir a destruição de parte das forças produtivas; Para se resolver o problema do lumpensinato (do desemprego crônico); Por um salário mínimo de 35 mil com escala móvel de reajustes; Pela escala móvel das horas de trabalho; Que morra a burguesia e seu capitalismo! Que vivam os trabalhadores!

Abre-se uma nova etapa da crise

Preparar o terreno para as lutas

Os capitalistas já estão cientes que o Plano Collor potenciou a crise econômica e política. E as massas caminham para um levante contra seus efeitos catastróficos, que ainda estão apenas no começo. A diretriz antinacional e antipopular do governo armou um quadro de recessão e inflação, que se traduz em quebras, demissões em massa e profunda carestia. O confisco salarial de 166%, seguido de reduções de 20 a 30%, impostos pelo patronato, e acrescidos às perdas anteriores sob o governo Sarney, não apenas esmagou as condições de vida dos trabalhadores, como se mostrou insuficiente para o apetite do grande capital, envolvido com a crise geral. O tremendo congelamento dos ativos financeiros acabou circunscrito aos pequenos e médios poupadores. Os grandes especuladores voltaram às aplicações, manipulam livremente do dólar e pressionam para a subida das taxas de juro. O objetivo de conter ao máximo a liquidez praticamente naufragou, bem como o de obter superávit nas contas públicas se mostrou artificial. O governo não só está pressionado a lançar mão de outras medidas monetárias recessivas, como a resolver difíceis metas relacionadas à abertura do mercado interno, retomada do pagamento da dívida externa e demissão de milhares de funcionários e do reatamento do Brasil com os banqueiros credores, necessários avalistas para a sustentação do Plano. Enfim, considera-se que o choque não chegou a ser tão traumático às forças produtivas quanto deveria ser pelos seus postulados. E o problema não se concentra somente na dificuldade de implementar os novos passos da orientação governamental, mas também na tremenda pressão que as massas começam a desencadear contra a expropriação salarial e no ressurgimento da divisão interburguesa. O embate em torno da Medida Provisória 185, da nova política salarial e o recuo da Petrobrás e da ex-Portobrás em demitir massivamente são indícios das forças que colidem com o Plano. Todo capitalista informado sabe que a crise brasileira não é simplesmente inflacionária, se bem que ela se torna um fator ativo para a agudização da anarquia econômico-financeira. A crise tem suas raízes na profunda espoliação exercida pelo imperialismo e no estágio de conflito das forças produtivas internacionais e de esgotamento de mercado, que resultam em superprodução mundial, incentivo ao capital especulativo, bancarrotas e retrocessos na vida dos povos.

Desde a década de 70, as tendências recessivas vêm evoluindo a acumulando um enorme potencial desintegrador. Os Estados semicoloniais, como o Brasil, são os que primeiro são afetados com toda contundência pela crise estrutural capitalista. Como país mais débil, tem sua base econômica (que combina o atraso e avanço) sacudida e seu Estado praticamente falido como instrumento para o impulso econômico. É o que tem demonstrado o processo contínuo de estagnação, que tende a passar para a fase de franca destruição das forças produtivas, e de brutal endividamento interno e externo.

Os governos anteriores procuraram contrabalancear, de algum modo, os fluxos da crise interna e externa, mas as margens de manobra frente ao imperialismo reduziram-se em muito. Collor por sua vez encarnou o pressuposto pró-imperialista de que, para desenvolver e estabilizar a economia, é necessário um profundo ajustamento, que passe por um período de recessão e de grandes sacrifícios das massas. O resultado dessa linha, que coloca o Estado nacional a mercê das forças reacionárias, acirra as contradições, pois submete ainda mais a frágil economia às pressões do capital financeiro e dos poderosos monopólios internacionais. A via da desnacionalização e da abertura total do mercado não é um fator de solução, mas de agravamento do atraso e da submissão a interesses antinacionais. A própria burguesia nativa, responsável pela solução da crise, não tem como fugir da dupla nature-

za de que compõe a nação semicolonial, isto é, da sua integração indissolúvel na órbita do imperialismo putrefato e de sua condição de economia atrasada, que carece de impulsionar suas forças produtivas, em grande parte adormecidas, latentes. Essa estrutura histórica se manifesta explosivamente em meio à crise mundial, que se caracteriza pelo movimento objetivo que faz o imperialismo no sentido de destruir parte das forças produtivas, para desafogar a superprodução e amenizar o choque de mercados.

Desta forma, a política econômica voltada a reduzir drasticamente o poder de intervenção do Estado na economia, proletarianizar um contingente ainda maior da classe média, entregar as estatais, atender às exigências dos credores externos e comprimir violentamente os salários acirra de maneira poderosa as contradições e aprofunda a crise. Isso explica porque o governo não tem conseguido aplicar o Plano em todos seus aspectos. Na época de sua edição, os analistas burgueses diziam que o grande problema seria o de realizá-lo. Agora, a divisão interburguesa volta à cena e timidamente se expressa nos conflitos do Congresso com o governo. O receio não se limita apenas à ameaça de uma grande depressão, mas também como proceder a abertura da economia ao capital estrangeiro, quando sua presença já é portentosa. O Plano Collor, levado às últimas consequências, introduz sérias modificações nas relações estabelecidas entre o capital imperialista e o nacional. De certa maneira, a burguesia brasileira e seu Estado conseguiram um nível de acomodação de interesses a partir de 1956/64. Frente à nova situação de recolonização imperialista, determinada pelo impasse mundial, tal equilíbrio

A corrupção democrática

O Congresso Nacional rejeitou a MP 185, que suspendia a decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho favorável à reposição salarial, gerando uma crise parlamentar, que se deveu à recusa do governo de barganhar apoio dos congressistas oficialistas em troca de nada menos que 24 mil cargos públicos. Esta crise durou pouco tempo, pois Collor passou a liberar as conversações entre parlamentares e os Ministérios. A principal reivindicação dos parlamentares era a distribuição dos cargos para os apadrinhados e o envio dos benefícios para seus currais eleitorais.

Resolvida a crise parlamentar, o governo tenta recuperar tempo reeditando a MP 185, agora batizada de MP 190. O Senador Nelson Carneiro do PMDB que recebeu a medida, ao invés de devolvê-la ao governo, formou uma comissão mista para analisá-la, possibilitando assim uma mudança de posição com relação à anterior (mesmo diante da liminar contra a medida do STF), como afirma João Meneses da Comissão de Constituição e Justiça do Senado: "O governo pode apresentá-las quando quiser (as MPs), porque o Congresso vota hoje de uma forma e amanhã de outra".

Estes fatos demonstram como funcionam os parlamentos nas semi-colônias, onde a impossibilidade de se construírem fortes burguesias nacionais e a total submissão ao imperialismo inviabilizam um poderoso Estado Nacional democrático e institucionaliza a corrupção fisiológica. É neste Congresso que a Articulação petista acredita que se votará uma política salarial que melhore as condições de vida dos trabalhadores. Com isso, acaba iludindo as massas para que estas não apliquem seus próprios métodos de luta, a luta direta para impor ao governo a reposição integral das perdas, a escala móvel dos salários e o salário mínimo real, enfim, uma verdadeira decisão salarial que de fato defenda minimamente as condições de vida da maioria oprimida.

está ameaçado. Essa contradição foi um dos fatores que arrebatou com Sarney, e que se coloca perante Collor.

Como preservar certos aspectos nacionais decisivos para a burguesia e, ao mesmo tempo, materializar as pressões do imperialismo? Esse dilema demonstra a veracidade da conclusão histórica de que a burguesia nacional caducou como classe responsável pelo desenvolvimento da economia, que para tal teria de emancipar o país da opressão imperialista, arrancar o país do atraso, que implicaria liquidar com o latifúndio e erradicar a enorme pobreza, abrangente à maioria da população. O Plano Collor caminha justamente para o pólo oposto, aumentando a submissão aos exploradores internacionais, reforçando o processo de concentração da propriedade, inclusive a agrária, e afetando drasticamente as massas. Essa política acirra os grandes problemas da nação oprimida e potencia a crise de regime, isto é, de caducidade histórica da burguesia nativa, que se concretiza na desagregação do Estado nacional, colocado a serviço dos retrocessos econômicos e da barbárie social.

A retomada do eixo revolucionário

A incapacidade dos choques sequenciais em alcançar um período significativo de estabilidade acaba por motivar as massas à luta. Os sacrifícios impostos são cada vez maiores e não têm fim, porque se trata de um processo de desagregação aguda do capitalismo. Uma das decisões a prioridade Collor foi a de que não poderia poupar em nada os assalariados. Desta forma, colocou ainda mais o Estado em choque contra a maioria oprimida, forçando a maior taxa de exploração do trabalho, sincronizada com o desemprego. O retorno das greves em muitos segmentos, principalmente do proletariado, responde ao ataque capitalista generalizado. E o método da ocupação de fábrica prenuncia a radicalização da luta de classes.

O essencial é que as massas retomam o eixo revolucionário da situação, dissipado momentaneamente pelas pressões democratizantes e pelas ilusões eleitorais despertadas nas presidenciais. Em pouco tempo, armou-se um quadro favorável à unificação nacional dos explorados em torno do proletariado.

Persiste a crise no regime

A crise do Plano e do governo Collor põe abaixo as expectativas daqueles que julgavam ser possível a superação da crise política e a abertura de um período de estabilidade do regime político após as eleições. O que tem acontecido (e vai continuar acontecendo) mostra a permanência da crise de regime, que não pode ser superada somente através de eleições ou de pacotes. A profunda divisão interburguesa, a desagregação de seus partidos, a crise do governo, o ascenso das massas, etc. estão assentados na desagregação da economia brasileira, que não apresenta nenhuma via de solução nos marcos nacionais, dado sua subordinação à crise mundial do capitalismo.

Aqueles que desconhecem a crise do regime político, porque partem de uma caracterização de vitalidade do capitalismo e não da compreensão de sua crise histórica, mostram-se incapazes de armar os trabalhadores para defender sequer suas necessidades mais imediatas, e são pegos desprevenidos diante das oscilações da situação política.

A Tendência POR foi capaz de apontar para a necessidade de resistir ao Plano Collor desde o período eleitoral (que só poderia se dar pela preparação da greve geral, através de um Congresso de Base da CUT) e também de apontar que o governo eleito seria um governo instável, uma vez que se assentaria num regime político em crise, porque se apoiou e se apoia na análise da crise estrutural do capitalismo e constrói sua linha a partir da estratégia proletária para a crise, que só pode ser a da revolução e ditadura proletárias.

Colocou-se uma campanha de massa contra o governo. E pelas circunstâncias, os trabalhadores dirigirão seu movimento contra o regime político, pois o Estado concentra toda ação antipopular. A generalização grevista se fará em contraposição do Plano, assumindo caráter de luta política antigovernamental.

A negação da CUT/PT em preparar a greve geral é um sintoma do medo de que as massas fugissem ao controle e se deparassem frente a frente com o governo. A manobra do dia 12 serviu ao propósito de desarticular a luta geral. E também foi utilizada para deixar claro à burguesia a dificuldade que as burguesias sindicais terão para contornar o conflito colocado entre o Estado e as massas. Não foi por acaso que, entre as bandeiras da frustrada greve geral, constava a defesa da democracia e das instituições democráticas. O que, em termos estratégicos, significou que a CUT não pretendia levantar os explorados contra o Estado e seu governo, mas apenas pressionar o Congresso para amenizar o arrocho obtendo uma lei salarial que assegure a reposição inflacionária, isto é, os reajustes nominais.

Mesmo assim, tornou-se temeroso um levante grevista generalizado. De fato, na conjuntura está colocada uma mudança qualitativa da luta de classes, que quer dizer que os trabalhadores poderão se dirigir contra as bases do governo pró-imperialista. Entretanto, os reformistas e a burocracia têm outras perspectivas. Para eles, trata-se de dar continuidade aos objetivos eleitorais, o que é incompatível com a luta política de massa, que cria um movimento revolucionário de acordo com o agravamento da crise capitalista e de desagregação do regime político burguês. É certo que o deslocamento dos explorados para as reivindicações como *salário mínimo real, reposição das perdas, aumento real, escala móvel dos salários e emprego, bem como terra, moradia, saúde e educação*, se transformará em luta abertura contra a burguesia e o imperialismo, pois não há condições para o atendimento. Por isso, as burocracias unidas restringem as reivindicações a migalhas, se contrapõem a dirigir a luta contra o governo, reduzem o impacto das greves mutilando-as, distribuindo-se em tempos diferentes, retardando-as e freando a sua generalização. Essa política serve para amortecer o impasse do regime político, favorecer o método de solução da crise via divisão interburguesa e jogo parlamentar.

A forte inclinação da direção da CUT em assumir abertamente, na prática, uma forma de tratamento semelhante ao dado pelo "sindicalismo de resultados" à luta de classes reflete as raízes mais profundas da crise de regime, que se ampliará com a derrocada previsível do Plano Collor. Os freios da burocracia sindical estão se tornando mais apertados (não a ponto de se romperem frente a inevitável luta) porque estrategicamente o reformismo se prepara para assumir no futuro próximo o timão do Estado, através de uma frente de colaboração de classe (a Frente Popular). Daqui para a frente, o problema para o democrático reformismo será o de como administrar a luta de classes e defender a democracia burguesa contra as ameaças da direita e do proletariado revolucionário, destinado a lutar pelo poder para solucionar a crise pela via da revolução proletária de maioria nacional.

A incapacidade da CUT/PT em defender a fundo as reivindicações elementares dos explorados, ameaçados fisicamente em sua sobrevivência, e a sua adaptação ao quadro de crise capitalista, apenas reforçam a caracterização do trotsquismo de que o problema central reside na ausência de uma direção revolucionária do proletariado (o partido operário revolucionário). A bancarrota da burguesia é monumental, a ponto de não conseguir assegurar minimamente o emprego, o pão e o leite, para os seus assalariados, entretanto, na direção do movimento operário está o burocrático reformismo, que desarma a cada nova convulsão o ânimo de luta dos trabalhadores.

Nesta nova fase da crise que se abre, ganhará maior impor-

tância a bandeira de uma direção revolucionária do proletariado e do partido operário revolucionário (POR). E ela obterá força com a defesa vigorosa que fará a vanguarda das reivindicações das massas, combinadas com um programa de transição que incorpore as tarefas de emancipação nacional do imperialismo, de transformação agrária e de expropriação do grande capital. É sob a diretriz programática de revolução e ditadura proletárias que poderão ser forçados, no bojo da atual crise, os elementos da direção revolucionária anti-reformista.

A intervenção decidida pela mobilização independente das

massas é uma condição para o proletariado se opor revolucionariamente ao Estado e ao governo Collor. É nesse sentido que a T POR levanta a bandeira de oposição revolucionária ao governo pró-imperialista, abaixo o Plano Collor, pelas reivindicações mais sentidas e defende que a CUT abandone a sua política de freio e prepare uma poderosa greve geral por tempo indeterminado, convocando inclusive um Congresso Extraordinário de Base para se aprovar uma linha proletária para a crise e para centralizar as massas a nível nacional contra as forças burguesas concentradas no Estado.

Crise no Plano e no Governo Collor

As massas procuram o eixo revolucionário

Os meses de maio e junho foram marcados por uma virada na situação política, com a crise do Plano e do governo Collor e a retomada das greves por todo o país.

O Plano Collor começou a dar claros sinais de desgaste. A pretensão do governo de limitar a liquidez no mercado já foi por água abaixo. Através de uma série de manobras (algumas delas estimuladas pelo próprio governo, como a compra de imóveis com cruzados bloqueados), o capital financeiro conseguiu desbloquear a maior parte dos seus recursos inicialmente retidos pelo Banco Central. Hoje, já se sabe que o volume de dinheiro em circulação é o dobro daquele em 15 de março. E esses recursos já retornaram em sua maioria para a especulação, em especial para o dólar e em menor grau para o ouro. As tendências são de uma retomada do processo inflacionário, alimentada pelo financiamento da dívida pública, e de um processo de "dolarização" da economia, que o governo tenta evitar utilizando um indexador.

A seguir o atual percurso, a economia caminha para um processo de alta inflação aliada à recessão. Uma recessão que foi profundamente estimulada pelo Plano, e que derruba qualquer expectativa que se possa ter em relação a um crescimento da economia neste ano. Se havia um crescimento de 4% na produção industrial de janeiro a março deste ano, agora, 2 meses após o Plano, já se tem nos primeiros 4 meses, do ano, uma queda de 3,7% na indústria. Só em abril, a produção industrial caiu 25,8% em relação a março, superando qualquer índice da recessão de 1981 ou dos meses seguintes aos Planos Bresser e Verão. E alguns setores importantes ficaram praticamente parados, como o automobilístico e de autopeças, materiais de construção, bens de capital e insumos para a agricultura, e a indústria química. Merece destaque também a queda de 8,5% na indústria alimentícia.

Alguns setores burgueses foram extremamente beneficiados com o Plano. Os bancos, por exemplo, obtiveram os benefícios provenientes da taxa de juros também serviram para desafogar alguns capitalistas "em dificuldades", e aumentar seus lucros. Mas alguns setores burgueses ficaram sem a participação nos benefícios trazidos pelas medidas do governo, como por exemplo algumas frações do comércio, que tiveram produtos tabelados para a venda, enquanto os mesmos eram reajustados pela indústria. Ou ainda os setores oligárquicos, que reivindicavam maior participação no segundo e terceiro escalões do governo, concessões de canais de rádio e TV ou financiamentos especiais. O resultado desse choque de interesses foi a abertura de uma crise institucional entre o governo e o Congresso Nacional, que estourou com a votação da medida provisória 185, que tratava da suspensão dos reajustes de dissídios coletivos.

As ausências de apoiadores incondicionais do Plano na votação da 185 foi um aviso claro ao governo: ou se redistribuíam as vantagens entre todos ou o governo teria dificuldades para a aprovação de suas medidas no Congresso. Não que o Congresso tenha a intenção de se colocar como um poder independente ou coisa do tipo. O fundamental é que o confronto em relação a 185 mostra que persiste a divisão interburguesa. Divisão que se expressou, inclusive anteriormente, nos choques interministeriais, sobre a questão da política salarial. Enquanto Magri, prevendo e procurando evitar a explosão das greves, propunha uma política de arrocho salarial mais moderada, onde haveriam reajustes inferiores à inflação (e aí Magri era porta voz de diversas indústrias que já implantavam essa política), Zélia defendia a manutenção do arrocho máximo, ou seja, salários congelados (livre negociação). Prevaleceu a defesa de um dos pontos fundamentais do Plano, o profundo arrocho salarial, e a disposição de enfrentar o movimento operário.

Os trabalhadores surpreenderam rapidamente suas direções (principalmente a CUT), que avaliavam todo um período de dificuldades para enfrentar as ilusões com o Plano, fortalecimento do governo e de refluxo das lutas.

O mês de maio foi palco do início da resistência ao arrocho e ao desemprego trazidos pelo plano. As greves e as ocupações de fábrica proliferaram em todo o país, à revelia das direções. Em São Paulo, os condutores de veículos fizeram uma greve contra a vontade de todas as correntes que compõem sua direção sindical, que sequer organizaram piquetes de garagem. No ABC, as assembleias aprovaram as ocupações de fábrica para resistir às demissões. Foi também com as ocupações que os operários da CSN responderam às ameaças de demissão. Os trabalhadores do Poder Judiciário em São Paulo paralisaram 100% por mais de 40 dias. Metalúrgicos, Químicos, Plásticos, Têxteis, todos têm saído à luta pela reposição salarial. No campo, alastrou-se como um rastilho de pólvora a greve dos cortadores de cana na região de Ribeirão Preto.

Em síntese, a situação é de crise do plano e do governo Collor, e de retomada do ascenso grevista pelos trabalhadores. O momento é plenamente favorável para o avanço do movimento operário, para golpear o governo e pôr abaixo o plano Collor através da luta direta. Os trabalhadores devem rejeitar toda linha de conciliação democrática, que leva à derrota. Retomar o ascenso grevista, levando-o a ocupar o centro da situação política, essa é a tarefa, derrubar o Plano Collor. Contra a perspectiva democratizante dada pelas direções do PT e da CUT, é preciso dar ao movimento uma perspectiva revolucionária.

Uma política que quebra as greves

A suspensão da greve geral demonstrou que a direção da CUT não estava efetivamente pela mobilização nacional das massas. O argumento de que a saída da CGT impossibilitava a luta e que já não havia clima para a greve geral apenas serviu de justificativa deslavada para a indisposição política da direção cutista. Quem teve dúvida de que a burocracia direitista iria boicotar qualquer iniciativa de combate? Ora, essa gente é collarista e esteio do Plano Collor! A CGT, que estava com a CUT, era precisamente aquela dirigida pelo Ministro do Trabalho, o bandido Magri. Canindé Pegado concordou formalmente com a greve geral na expectativa de torpedeá-la e, na pior das hipóteses, limitá-la mais ainda do que o desejado pela CUT. Quando viu a enorme vacilação dos cutistas e os efeitos da quebra de inúmeras greves isoladas não teve a menor dúvida em optar pelo "clima de Copa do Mundo". Era apenas o que faltava para a direção da CUT transformar a greve geral em um protesto de "algumas categorias mobilizadas", evidentemente incapaz de confrontar o governo gorila.

Desta forma, já não se pode esconder a desavergonhada manobra de se apoiar na política de desmobilização da CGT para justificar "a falta de condições". A verdade é que o Sr. Meneguelli, Vicentinho, Carneiro e outros chefões não estavam de fato por levantar a maioria explorada contra o violento confisco salarial (aliás, muito superior a 166%), ao desemprego em massa e à ofensiva de desestatização e entrega da economia nacional ao capital estrangeiro. O chamamento da greve para o dia 12 não passou de uma ^{manobra} ~~manobra~~ da burocracia cutista para ameaçar o governo e o Congresso Nacional, que à revelia discutiam a nova regulamentação da lei salarial.

A CUT e a CGT apresentaram, através do parlamentar petista José Paim, um projeto de indexação dos reajustes salariais, porém fica-

ram completamente marginalizados pela maioria burguesa. Para a CGT, isso pouca importância teria, pois de nada lhe custaria apoiar a regulamentação proposta pelo PMDB, PDT, PSDB, etc., que mantém o arrocho salarial. Estava claro que a CGT fazia jogo duplo, utilizando-se do próprio PT e da CUT, que têm real influência sobre as massas. Quanto à CUT e ao PT, o projeto Paim tinha valor eleitoral. Isso explica porque o anúncio da greve geral não passou de uma manobra de reforço à política parlamentar.

Em nenhum momento a direção cutista pensou em organizar um amplo movimento de alcance nacional, que se dirigisse contra o governo pró-imperialista e seu Plano antipopular e antinacional. Já no lançamento do pacote econômico, que provocou imediatamente demissões e rebaixamento salarial, os principais líderes da Central se colocaram numa posição imobilista e na expectativa de que o Plano se arrebetasse por si só. O sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo foi um dos primeiros a dizer que nada poderia ser feito senão negociar a quatro paredes com os patrões para se evitar as demissões em massa. Em troca o sindicato anulou a campanha salarial. Por todo um período, a cúpula da CUT se concentrou em articular uma aliança com certos setores patronais para pressionar o governo que liberasse o capital congelado. O Sr. Meneguelli não apenas compôs uma caravana com os empresários ávidos em ter imediatamente seu dinheiro de volta, como chegou a anunciar a possibilidade de uma passeata unitária de patrões e trabalhadores. Diante das férias coletivas, que renunciavam em seguida demissões, Gilmar Carneiro inventou a ridícula greve japonesa, isto é, que chamava os trabalhadores a não acatarem as férias forçadas e se colocarem a trabalhar. O famoso assessor econômico do PT, Aloísio Mercadante, logo de início veio a público defender "as-

pectos positivos do Plano", chegando a afirmar que o PT faria algo muito próximo.

Como vemos, a esquerda reformista, que havia conquistado 80 milhões de votos para a FBP, se prostrou completamente diante da violência capitalista contra as massas e a economia nacional. Não foi capaz de se posicionar minimamente em defesa do salário e do emprego. A Frente Popular, como não poderia deixar de ser, não fez uma só chamada à luta. Os frentepopulistas, que controlam a maior parte dos sindicatos do país, simplesmente se curvaram frente à imposição governamental. Destituíram as massas de qualquer iniciativa de luta e permaneceram confiantes na possibilidade de se estruturar uma frente democrática, ainda mais ampla, com o PMDB, PSDB, PDT, etc., para modificar as Medidas Provisórias no Congresso e viabilizar a diretriz de oposição institucional (democrática ou responsável) ao novo governo. Eis assim o resultado da política do Governo Paralelo do PT (Lula), que tem por objetivo "apresentar propostas alternativas ao governo Collor": os trabalhadores ficaram destituídos de bandeiras de luta e de seus instrumentos sindicais, controlados ou pelos reformistas ou pela burocracia direitista da CGT.

O parlamento burguês não só se curvou perante as medidas antipopulares, recessivas e pró-imperialistas, como o governo pôde contar com o apoio tranquilo dos capitalistas, que demitiram à vontade, obrigaram acordos de redução salarial e aproveitaram-se do monumental confisco e ainda por cima receberam de volta todo o dinheiro congelado. E a burocracia da CGT se salvou com a política democrática do PT e da CUT, pois simplesmente não teve de enfrentar massas enfurecidas contra Collor, a quem defendeu nas presidenciais.

O levantamento da greve geral foi mais uma vitória conjunta do governo e da CGT contra as massas, que foram impedidas de lutar unitariamente. Foi também mais uma demonstração do papel de freio e de colaboração dos democráticos reformistas, que se abrigam na direção da CUT e têm o PT como instrumento de suas formulações estratégicas. Já não se pode esconder que a estratégia de democratizar o Estado capitalista, de construir um governo democrático e popular, de estruturar uma frente de conciliação de classe (frente popular) de fortalecer o parlamento burguês e a política de fazer oposição democrática ao gorila Collor conduzem à anulação da CUT e à renúncia da defesa elementar da vida das massas. É nessa linha política que encontramos a explicação de porque a CUT e o PT não trabalharam com muita antecedência pela preparação de uma poderosa GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, não se colocaram favoráveis à convocação de CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DE BASE DA CUT e, finalmente, manobram com a convocação da greve para o dia 12. Cabe à vanguarda denunciar estes acontecimentos, condenar o reformismo e o burocratismo sindical e defender o início imediato da preparação da greve geral por tempo indeterminado.

Não era o momento?

Até agora a burocracia da CUT não tinha ido tão longe em sua política de colaboração de classe como o foi na recente reunião de sua executiva que resolveu suspender a greve geral. A falsificação é tão monstruosa que custa acreditar. Diz Meneguelli que "a mobilização não era suficiente nas bases" (Folha de São Paulo, 08.06.90).

A quem Meneguelli quer enganar? Só no mesmo dia, 100 mil trabalhadores da Bahia estavam parados em greve, 24 mil eletricitários no Rio, 25 mil metalúrgicos em S. J. dos Campos, 10 Mil metalúrgicos em São Paulo, 30 mil funcionários do Tribunal de Justiça completavam 35 dias de greve, os professores de Curitiba já ultrapassaram os 60 dias de greve e enfrentam a repressão do Governo do Estado, estavam parados também todos os portuários do país e os petroleiros em estado de greve. Além dessas categorias estavam também em greve a polícia civil do Estado de São Paulo o Hospital do Servidor Público. A semana da abortada greve geral iniciou com a greve de metalúrgicos e químicos do ABC e Campinas, bancários do Est. de São Paulo, siderúrgica Barra Mansa do Rio e todo o funcionalismo público do país mobilizado.

Desde abril deste ano uma impressionante onda grevista vem arrancando reajustes, reposições e aumentos salariais. Tem crescido também a disposição combativa dos operários em luta a ponto de ser colocado maior frequência a OCUPAÇÃO DAS FÁBRICAS como método de luta para a defesa contra as demissões e concretizada na CSN de Volta Redonda, na Mercedes de Campinas.

Esta resposta generalizada do proletariado desmente frontalmente o subterfúgio esgrimido pela CUT para não chamar a classe para a luta logo após a decretação do Plano Collor. Naquela ocasião os burocratas frente populistas afirmavam que numa situação de recessão e ameaça de desemprego em massa não havia condições de fazer greve. A situação de classe operária de fato é dramática. Até o final de maio a queda acumulada do nível de emprego era de 7,30%, só em São Paulo, o que significa 153.391 empregos a menos, mais da metade do desemprego registrado em todo o país durante todo o ano de 81. Está claro, portanto, o papel profundamente reacionário da burocracia. É ela, e não a classe, a que limita as lutas, impede que se generalizem e tudo fazem para limitar a reação ao âmbito do parlamento fantoche.

A aliança das frações burocráticas contra a greve geral

No Boletim Especial CUT Informa, a Executiva Nacional explica porque transformou a Greve Geral em greve de algumas categorias em luta. Antes dos considerandos de supressão da Greve Geral, afirma que "o autoritarismo do plano-que-tem-que-dar-certo já esbarrou no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal que derrubou a Medida Provisória 190, cassando o efeito suspensivo dos dissídios". Está aí nitidamente exposta a ilusão que a direção cutista tem no parlamento e na justiça burguesa. Entretanto é mais do que isso, se confunde o voto do PFL, PDS, etc. contra a MP 190 como um ato de oposição e democracia, quando na realidade representou uma pressão dos corrompidos parlamentares sobre Collor para que este lhes presenteasse com os 24 mil cargos estratégicos na máquina governamental. Por outro lado, o voto do Supremo nada mais indica do que a luta que está se dando no interior da burocracia estatal, motivada pelas novas circunstâncias criadas pelo governo. Isso nada tem a ver com atitudes democráticas ou com a indicação de que o Collor está sendo barrado no seu intento de implantar a política econômica de miséria.

A outra afirmação reveladora é a seguinte: "Centenas de greves vem mobilizando os trabalhadores na luta para obter a reposição das perdas ou para impedir a demagogia privatizante, enquanto no Congresso Nacional se debate uma nova política salarial. A CUT há mais de um mês vem mobilizando-se nas três frentes: discutindo com os patrões, fazendo proposta unitária do movimento sindical aos líderes partidários, pressionando o governo para obrigá-lo a reconhecer as perdas e pagá-las". Em seguida completa que fez um chamado indicativo à greve geral para o dia 12. Novamente nos deparamos com a confiança cutista no parlamento. Pressiona-se o governo para que reconheça as perdas (como se o reconhecimento fosse necessário), através de propostas unitárias do movimento sindical (que quer dizer, da CUT/CGT) às lideranças partidárias burguesas. E para isso servem as "centenas de greves".

Depois dessas justificativas, vem o porquê da não greve geral. Inicialmente, a Executiva relata: "Após dois dias de reunião, a Executiva Nacional ampliada, com CUTs Estaduais e Departamentos, lamentando contar com a ausência de 12 estados, decidiu: (...) A exposição da falta de 12 estados revela que a maior parte da cúpula burocrática sindical estava pelo fracasso da greve. É bem provável que os que estiveram presentes se sentiram aliviados, tanto é que apenas lamentaram com um suspiro angelical.

Entre os considerandos, leva-se em conta as declarações da Confederação Geral dos Trabalhadores e da Central Geral dos Trabalhadores de "não haver condições para a greve geral" e de estarem dispostas a apoiar as greves em curso. Ora, quem poderia de sã consciência esperar de Joaquim e Pegaso/Magri a avaliação de que as condições são propícias para a greve? Estes burocratas têm horror à iniciativa das massas! Chama ainda atenção o fato da executiva da CUT concordar com a avaliação das CGTs e, ao mesmo tempo, considerar "a mobilização existente em

centenas de categorias". Então, qual é a verdade, existem ou não as condições? Basta que tomemos os dados das centenas de greves em inúmeros setores, que englobam inclusive o proletariado agrícola de São Paulo, para concluirmos que os trabalhadores estão pela luta. E o movimento grevista só não tem sido mais amplo porque a burocracia sindical está brechando o ímpeto dos assalariados, que em muitos casos estão parando espontaneamente. Pergunte aos metalúrgicos de São Paulo para verem a resposta. A Phebo Metal parou com um sopro, na Voith foi a mesma coisa. É preciso considerar também que a situação política está mudando rapidamente com a impossibilidade do Plano Collor amenizar a crise capitalista. As massas já pressentiram nas feiras, aluguéis, tarifas públicas e supermercados que o plano não só não resolverá seus problemas como os agravará, combinando desemprego com carestia.

Neste ponto reside a questão central de qual é a responsabilidade das direções de criar as condições políticas para a mobilização, já que as objetivas estão dadas pela desgraça ampliada pelo Collor e seus lacaios do Congresso Nacional. A direção da CUT/PT se colocou sinceramente por uma mobilização nacional? Trabalhou pela preparação da greve geral? Levantou, junto aos trabalhadores, a bandeira de oposição revolucionária ao pró-imperialista Collor? Denunciou as manobras de legitimação democrática feita pelo Congresso Nacional? Confrontou-se com a burocracia sindical que apoiou e apoia Collor, como as CGTs? Lançou mão de todos seus recursos (como faz nas eleições) para a propaganda e agitação? Certamente todas as respostas serão negativas, porque a direção da CUT se concentrou nas conversas com os patrões e nas propostas unitárias para "as lideranças partidárias".

A CUT/PT não se voltaram para as massas e sim para as negociatas sem fim com os bur-

gueses. Não prevaleceu uma política de massa, mas sim a democrática-parlamentar. Desta forma é muito cômodo se dizer: "não há condições para a greve geral". O mais correto é se afirmar que as burocracias reformista e a direitista se uniram para impedir que as condições para uma forte e coesa greve geral amadurecessem.

Há uma razão muito forte para tal aliança. Está armada no país uma situação socialmente explosiva. Na greve do ano passado de 48 horas, a direção da CUT perdeu em parte o controle das massas, que não acataram a orientação ordeira e chegaram a montar barricadas. As possibilidades de uma greve mais portentosa foram criadas pela agressão sem precedente do choque econômico-financeiro. Por isso, a CGT-Magri e a CGT-Joaquim trabalharam por inviabilizar o ascenso, e a direção da CUT foi a maior responsável pelo êxito.

A experiência da luta de classes sempre acaba por demonstrar que as burocracias se unem nos momentos mais agudos para sufocar as tendências de combate das massas, pois, em maior ou menor grau, são parasitas da democracia e do Estado burguês. Isso nos ensina e reforça a necessidade da luta pela independência de classe no interior do movimento sindical, o que quer dizer desenvolver a linha revolucionária de combate anticapitalista e pela estratégia da ditadura e revolução proletária. Sem que se estruture uma corrente revolucionária no bojo do proletariado e das massas, os movimentos estão a mercê dos reformistas e pró-capitalistas. E, enquanto isso perdurar, os trabalhadores não terão sequer como conquistar e manter as reivindicações mais elementares como salário, emprego, moradia, saúde e educação.

Abaixo a burocracia colaboracionista!

Viva luta das massas oprimidas!

Pela organização de uma fração revolucionária dirigente das lutas!

Um recuo no momento de avançar

Em reunião realizada no último dia 7/06, a direção executiva nacional da CUT decidiu, por 8 votos a 5, cancelar a greve geral que estava marcada para o dia 12. Embora se fale que houve uma mudança no caráter da greve, ou uma proposta de "greve generalizada", o que ocorreu de fato foi a suspensão da mesma. São dois os principais argumentos para a suspensão da greve: a saída das CGTs e a "ausência de mobilização suficiente para a greve". Ora, as CGTs são agentes do patronato. Se em algum momento se colocaram pela organização da greve foi para poder quebrá-la de dentro. A greve geral dependia é da disposição da CUT para que se realizasse. Esta recuou, colocando que não havia mobilização suficiente.

A verdade, no entanto, é que nunca, nos últimos anos, a situação se colocou tão favorável à realização de uma greve geral. O descontentamento com as conseqüências causadas pelo Plano Collor é generalizado. Ocorrem greves por todo o país, inclusive a contragosto das direções sindicais. Categorias inteiras estavam se mobilizando, preparando-se para o enfrentamento. Havia perspectivas de que até mesmo setores de menor tradição de luta se juntariam à mobilização nacional. Mas a direção da CUT decidiu recuar.

O recuo da CUT ocorre num momento onde todas as condições favoreciam o avanço do movimento e da luta dos trabalhadores. A crise do Plano e do governo Collor de um lado, e o crescimento e generalização das greves por todo o país, por outro, abriam todas as condições para o proletariado avançar na luta, golpear o regime e até mesmo pôr abaixo o Plano Collor. A responsabilidade da direção da CUT é enorme, porque as greves que insistiram em se realizar não tiveram a força de uma greve geral, apesar de terem se multiplicado nos dias 11 e 12, e muitas categorias saíram à luta sem a perspectiva de generalização. As negociações se deram em separado, na sua maioria empresa por empresa. As lutas se processaram paralela e independentemente, umas acabando antes, deixando as outras isoladas, outras ainda prosseguiram, sem grandes perspectivas. O resultado geral é de reposições parciais, que não recuperam o brutal arrocho trazido pelo Plano, e a permanência da necessidade de um movimento geral, sem o que não será possível pôr o plano abaixo.

A experiência da greve do dia 12 demonstra mais uma vez que a política democratizante, reformista, de acúmulo de forças da Articulação se traduz na prática como uma política de acúmulo de fracassos, de arrocho e desemprego para os trabalhadores.

Não à livre negociação salarial

Defender a escala móvel dos salários

A quebra do poder aquisitivo dos trabalhadores é um dos pilares do Plano Collor. É nesse sentido que vem a chamada 'livre negociação'. Primeiro o governo utilizou do confisco eliminando os reajustes inflacionários de março e abril. Logo em seguida, aplicou a pré-fixação zero para expurgar o reajuste de maio. Desta forma, impôs perdas de 187,90%. Agora, o governo pretende impor um mecanismo em que o patronato não esteja obrigado sequer a repor minimamente o reajuste nominal, estabelecendo a chamada 'livre negociação'. Até mesmo setores da burocracia sindical reconheceram que apenas alguns grandes sindicatos teriam condições de defender alguns reajustes, como por exemplo metalúrgicos, químicos, etc..

Mas este não é o problema central, pois é a própria burocracia que anula a capacidade de luta dos sindicatos. Ocorre que, nesta etapa de crise, os capitalistas e seu Estado se utilizam das inevitáveis altas inflacionárias para aumentar seus lucros às custas da força de trabalho. Quem não vê que a espiral inflacionária já está retomando? Principalmente os alimentos, taxas públicas, remédios e moradia estão com os preços nas nuvens e ainda forçam mais alta. Pois bem, o governo procura com a sua livre negociação dar liberdade aos capitais de aumentar seus preços e, ao mesmo tempo protegê-los com a desobrigação de repor as perdas. E, para segurança da livre negociação, os patrões contam com a política e com a burocracia sindical que agem contra o movimento grevista. Mas têm uma outra arma da liberdade capitalista, que é o de demitir livremente os trabalhadores revoltados. Enquanto se fala em livre negociação, Collor ameaça intervir militarmente nos sindicatos eletricitários, que organizam a greve contra as demissões. A livre negociação, portanto, é a liberdade dos burgueses explorarem em melhores condições a maioria trabalhadora.

No Congresso Nacional, os partidos burgueses estão para votar a nova política salarial que estabelece reajuste de inflação passada para

faixas de até 5 salários mínimos e daí em diante a livre negociação. O PT tem um projeto que pressupõe o reajuste da inflação do mês para o teto de até 20 salários mínimos. O governo, por sua vez, propõe negociar uma proposta de reposição das perdas ocorridas no governo Sarney (a ser feita de maneira parcelada), para obter em troca a votação da 'livre negociação' no Congresso Nacional. E, para dar mais um argumento para a burocracia sindical se justificar perante os trabalhadores, o governo manobra com o velho conto social-democrata de participação nos lucros.

Está claro que, por essa via, as massas ficarão sujeitas à vontade dos patrões, que necessitam explorar com brutal selvageria a força de trabalho. A saída dos assalariados está e se mobilizar a fundo pelo único mecanismo que, de fato, proteja minimamente a vida das massas: a escala móvel dos salários, que quer dizer que haverá sempre reajuste automático dos salários frente a mínima inflação. Subindo os preços, sobe-se na mesma proporção os salários. Juntamente à escala móvel dos salários, defendemos a reposição de todas as perdas, que são superiores a 200% somente no período Sarney/Collor, e a recomposição do valor real do salário mínimo, que neste momento é de 35.000,00.

Em contraposição à farsa burguesa da 'livre negociação', os trabalhadores exigem a total liberdade de greve, sindicatos independentes do Estado e organizados sob as comissões de fábrica, fim da arbitragem obrigatória do Ministério e da Justiça do Trabalho e expulsão da burocracia sindical, que colabora com os partidos burgueses no parlamento e se submete às pressões dos capitalistas.

Abaixo a liberdade dos capitalistas matarem de fome os assalariados!

Pela escala móvel dos salários!

Pela reposição de todas as perdas!

Salário mínimo real de 35.000,00!

Por que a direção da CUT defende a democracia?

Mais uma vez, entre as bandeiras da greve geral do dia 12, a direção da CUT faz a defesa da democracia e, ao mesmo tempo, omite qualquer ataque direto ao governo e seu Plano. Com isso, procurou determinar o caráter democrático da greve geral, isto é, delimitada a um protesto perante o Congresso Nacional, que discutia a nova lei salarial. Essa diretriz é típica do reformismo, que pretende fazer da greve não uma expressão profunda da luta de classe e sim um mero desabafo sem maiores conseqüências políticas.

Desta forma, tudo faz para circunscrever a revolta das massas às instituições e à legalidade burguesas. Não é por acaso que a burocracia sindical democratizante morre de receio de que os explorados ultrapassem os marcos do Estado capitalista e todo ordenamento jurídico, que se eleva das bases da propriedade capitalista. Direcionar a Greve Geral contra um governo eleito, com o qual o PT concorreu, certamente feriria as regras democráticas da convivência entre os exploradores e os explorados. E a direção da CUT e do PT jamais seriam desleais à formalidade democrática, perante a qual juraram respeitar. Principalmente tendo em vista que daqui a 5 anos ocorrerão novas eleições presidenciais, possibilitando remover Collor através da frente popular e do voto. Por isso, com cuidado, os responsáveis pela CUT não pestanejaram em deixar claro que a Greve geral não era contra nenhuma legalidade democrática e que, pelo contrário,

estaria voltada em sua defesa.

Se analisarmos bem, logo concluiremos que a greve geral foi suspensa justamente porque tais sindicalistas não estavam por correr nenhum risco de crise política, isto é, de confrontação com o governo Collor, que para eles está munido da legitimidade democrática. Isso também explica porque não se lançaram a fundo na defesa de reivindicações fundamentais, como por exemplo do salário mínimo e das terras aos camponeses. Quanto ao salário mínimo, simplesmente omitiram, quando sabemos que aqueles que fariam a greve geral ganham de 1 a 3 mínimos e que é através dessa massa que os capitalistas acumulam grande parte do capital. Em relação à terra, a CUT introduziu uma novidade. Abandonou a bandeira de terra aos camponeses e em seu lugar defendeu 'desapropriação imediata de 5 milhões de hectares já cadastrados pelo Incra e política agrícola para pequenos produtores e reforma agrária'.

Assim, passa ao longo da luta pela ocupação das terras e se limita a defender o cumprimento da política agrária elaborada pela própria burguesia. Isso comprova que política de defesa estratégica da democracia e de disciplinamento da luta de classes conduz ao abandono do combate pelas reivindicações elementares e democráticas das massas.

Preparar a greve geral

As convenções do PT

Mais um passo do reformismo social democrata

A corrente Articulação levou o PT a dar mais um passo programático de integração na política burguesa. O ponto central sobre o socialismo se ateu à estratégia democrática e ao respeito constitucional à propriedade capitalista dos meios de produção. Desta forma, tanto o Encontro Estadual de São Paulo, quanto o 7º Encontro Nacional aprovaram a linha do chamado "socialismo democrático", que não passa de uma variante socialdemocrata reformista. Não por outra razão se manteve o objetivo de se constituir um governo democrático-popular, pela via eleitoral, como meio de atrair setores do capital nacional para uma aliança e de se promover reformas no capitalismo em crise, na vã esperança de poder alcançar um desenvolvimento nacional independente do imperialismo.

Como instrumento tático para tal objetivo, a Articulação logrou perpetuar o frente populismo (Frente Popular), típico da tática defendida pelo estalinismo para as revoluções democrático burguesas nos países semicoloniais, que não passa de uma espécie de frentismo eleitoral, anulador da ação revolucionária das massas, que são submetidas ao campo de manobra da política democrática burguesa. Desde o V Encontro Nacional, a Articulação vem armando o PT da ideologia democrático e popular, que tem por fonte de inspiração o estalinismo aplicado à América Latina, particularmente a diretriz do castrismo, farol internacional dos reformistas no denominado "Terceiro Mundo".

A concepção de partido de massa delineada pela Tese da Articulação e aprovada integralmente reflete a estratégia democrático-reformista e está de acordo com a necessidade de se construir uma grande agência parlamentar eleitoreira. É flagrante a negação do partido marxista leninista, instrumento para a revolução. Em todos os aspectos, a maioria dominada pela Articulação aprovou teses político programáticas francamente opostas à revolução proletária e ao internacionalismo marxista (revolução socialista mundial). Mais uma vez nos deparamos com a fraude socialdemocrata do socialismo, a qual se utiliza de alguns aspectos da doutrina marxista para negá-la no essencial, isto é, que o socialismo será o resultado da revolução violenta das massas, da implantação da ditadura da maioria oprimida contra a minoria opressora (a ditadura proletária). Em relação ao Leste Europeu e a crise do estalinismo na Rússia, os reformistas se posicionaram a favor da Perestroika/Glasnost, fazendo apenas alguns reparos, que nem de longe evitam a capitulação perante as pressões de reconstituição do capitalismo nesses países.

O extraordinário foi o papel subserviente das esquerdas, que foram incapazes de se delimitarem do socialismo democrático e da concepção de partido eleitoreiro de massa, como foi o caso principalmente da CS, DS, OT e VS. E mesmo a tese mais à esquerda, como a da Luta de Classes e Causa Operária, não escaçou ao campo democratizante ao colocar à definição estratégica sob a bandeira de governo operário e camponês do PT e da CUT, uma forma requentada do Governo dos Trabalhadores do PT, que serviu a Causa Operária para fazer campanha eleitoral em torno de Lula. De tudo isso ressaltou a incapacidade dessas organizações, que se reivindicam do trotsquismo, de defender o socialismo como produto da revolução e ditadura proletária e de se posicionarem equivocadamente a favor do partido leninista de vanguarda em contraposição ao partido de massa dos reformistas. Isso explica porque as propaladas candidaturas de esquerda, desfraldadas em oposição ao direitista Plínio de Arruda Sampaio, não demarcassem de fato uma ruptura com a estratégia democratizante e eleitoral reformista da Articulação embora não faltassem fogos e artifícios esquerdizantes do jornal Causa Operária, que abriu suas páginas para a candidatura dos independentes, que resistem a se posicionar francamente pela construção do partido operário revolucionário.

Em seguida apresentamos o posicionamento da T POR sobre o PT e o Socialismo

Não há socialismo sem Revolução e Ditadura Proletárias! **Não há revolução sem o Partido Operário Revolucionário!**

As Teses para o Encontro do PT afirmam defender o socialismo. O que, supostamente, quer dizer o fim do capitalismo. Entretanto, nenhuma se coloca definitivamente pela revolução proletária, pela construção de um programa de transformação, que tenha por estratégia a tomada do poder pela força e a implantação de um governo revolucionário da maioria oprimida (a ditadura proletária) contra a minoria burguesa. Por essa razão, não defendem a construção de um partido de militantes genuinamente marxistas, isto é, um partido leninista de quadros conscientes (partido de vanguarda). Em seu lugar, concebem o chamado "partido de massa", que, por suas características, engloba todo tipo de militante, desde o socialdemocrata, nacionalista, até o cristão antimarxista. Certamente, tal partido não é compatível com a estratégia histórica do proletariado de destruir o poder da burguesia através dos meios e métodos revolucionários.

A meta do partido de massa é a de se construir como uma grande e influente agência eleitoral, que arraste os oprimidos para as urnas, para que possa escalar os postos de direção no Estado capitalista. Quanto mais apoio tiver para concorrer com os partidos burgueses, mais próximo estará de sua missão. Esse conteúdo basicamente eleitoral é um reflexo da estratégia democratizante, oposta à da revolução proletária. A posição da Articulação zela pela clareza neste ponto. Explicita que a perspectiva do partido de massa é a de democratizar o Estado burguês, que significa aprimorar o parlamento e o sistema eleitoral.

Desta forma, o que está em questão é a reforma política do Estado e não sua destruição. A reforma democrática não toca no poder da classe burguesa, enquanto que o desmantelamento do Estado é o resultado da destruição desse poder e a ascensão do proletariado, que de classe oprimida se torna dirigente da nação oprimida. A estratégia reformista condiz com o conteúdo democrático e popular do programa, que pressupõe apenas reparos

econômicos e sociais, que seriam realizados por um governo democrático saído das urnas.

A Articulação é muito coerente na relação estratégica e programa. Seu objetivo é democratizar o Estado para realizar adaptações democráticas na economia, entre elas a fundamental seria a reforma agrária. Por esse caminho, a tarefa das massas expropriarem o grande capital, nacionalizarem todas as terras e concentrarem todo sistema financeiro nas mãos de um governo revolucionário está em oposição a seus cálculos. Enquanto que a democratização almeja modificações parciais na vida do país, a revolução tem por fundamento a expropriação da propriedade capitalista dos meios de produção e a sua transformação coletiva.

A tática do partido de massa também responde ao programa e à estratégia reformista. Ela se arma sob dois pilares; a luta eleitoral e as frentes eleitorais. E, como atividade central do dia a dia, a ação parlamentar é determinante. A luta direta das massas não se constitui como método principal de ação política. Ao contrário, via de regra, lhe é adverso. Principalmente em épocas eleitorais, a luta direta comparece como um obstáculo para os objetivos de tal partido de massa. Mas a mobilização grevista e a luta popular, inevitáveis no capitalismo, têm algum valor para a tática eleitoral e parlamentar do reformismo. O partido de massa procura transformá-las em voto de esquerda, meio de democratizar o Estado e de fazer pressão sobre o parlamento, fantoche do executivo (e do imperialismo). Notem que não se trata do uso revolucionário do Parlamento, que pressupõe chamar as massas à luta contra os próprios obstáculos democráticos. A pressão parlamentar reformista serve para colocar aos trabalhadores o parlamento como via de solução democrática para seus problemas e do País. Para isso lhe é importante manter sob controle os sindicatos e a CUT. Através desses organismos operários, o par-

tido procura delimitar até onde a luta de classe é compatível com a ordem democrática (isto é, com a propriedade capitalista) e como transformá-los em pontos de apoio para a política eleitoral. Não é por outra razão que a política reformista necessita criar uma poderosa burocracia sindical mais à esquerda. Com o tempo, trata-se de uma tática e um método contraditórios com aquele que ajuda o proletariado desenvolver a luta de classes, para se construir em força capaz de chegar à insurreição anticapitalista.

O frentismo eleitoral ocupa um lugar estratégico (a tática se torna estratégia). A ascensão do reformismo ao poder do Estado depende de se articular com os chamados partidos progressistas da burguesia. O próprio governo democrático e popular é uma forma de coalisão de classe, à qual o proletariado se submete.

Concebe-se que o PT irá governar em harmonia com outras forças reformistas do capital e da pequena burguesia, para se impor frente à reação pró-imperialista. A posição de confluência entre as classes opostas coloca o "partido de massa" na linha de conciliação classista. Apresenta-se ao proletariado a via pacífica de solução de suas reivindicações. Por intermédio de uma coligação aparentemente progressista se procura um compromisso de classe em que o proletariado renuncie à luta revolucionária, isto é, à própria revolução, e a burguesia nacional se comprometa a fazer concessões. Essa é a essência da política da Articulação e congêneres. Por isso, a frente popular é defendida acirradamente.

A estratégia de frente popular não é a revolução e ditadura proletária, e sim a sua negação. Ela pressupõe a possibilidade de

Contra as expulsões, luta política contra o burocrático reformismo!

Nos últimos encontros estaduais e nacional do PT, decidiu-se por não permitir que a corrente ligada ao jornal Causa Operária pudesse apresentar candidaturas a deputado federal e estadual nas próximas eleições. Também se deliberou por condicionar as candidaturas apresentadas pela Convergência Socialista ao acatamento às deliberações do partido, de se enquadrar como tendência interna, e à aprovação pela direção das resoluções de sua próxima conferência. A CS já adiantou que vai acatar as imposições.

Trata-se de mais um passo da direção petista no sentido de impor a orientação burocrático reformista ao partido, através do disciplinamento das correntes à linha da Articulação ou, em caso contrário, da sua exclusão. A política anti-proletária da Articulação encontra cada vez mais resistência da parte da militância, que passa a dar cada vez mais atenção às críticas feitas ao reformismo, mesmo aquelas de natureza formal, feitas pelos grupos mais à esquerda no partido. Essa situação leva a crises permanentes no partido, principalmente em relação à política de aliança com os partidos burgueses, rejeitadas em diversas convenções estaduais do PT este ano. É isso que a direção petista quer que acabe, e para isso impõe seu centralismo burocrático.

A capitulação das esquerdas

"Quem diverge das resoluções do PT deve deixar o partido e fundar outro". É isso o que afirma Maurício Faria, da Corrente Nova Esquerda (ex-PRC). (Folha de São Paulo, 24/05). "Eu acho a orientação correta", diz na mesma data o vereador Adriano Diogo, da Vertente Socialista. Chico Gordo, da Democracia Socialista (Em Tempo), também defende a expulsão da Causa Operária. Essas correntes, que sempre negaram a ditadura do proletariado, agora estão dispostas a assumir a estratégia reformista do governo democrático popular sem nenhum retorque ou disfarce oportunista, como faziam anteriormente. Sua submissão política à Articulação mostra que não são uma alternativa àquela, mas seu complemento.

A CS também capitulou completamente ao se submeter às imposições da Articulação, só para poder manter suas candidaturas. As eleições vão passar, mas a capitulação CS não.

A Causa Operária tem se limitado a publicar declarações contrárias à sua expulsão, vindas de todas as partes do país e de militantes de diversas correntes. Além disso, defende sua permanência no PT apenas por não ter havido uma ampla discussão interna e uma regulamentação precisa sobre o assunto. Mas não toca no essencial.

A tendência POR foi a primeira tendência a ser atacada mediante a expulsão do vereador Boni em Diadema. Ele foi expulso por ter se colocado ao lado dos ocupantes do Buraco do Gazuza em julho passado, contra a repressão policial instigada pelo prefeito petista José Augusto.

Resistir às expulsões sob bases principistas

Na verdade, os expurgos não poderiam deixar de começar pela corrente defensora da estratégia da ditadura proletária e da re-

volução, e principal crítica do reformismo. Trata-se do pólo oposto à Articulação, por defender a construção de um partido revolucionário, um partido de quadros, leninista, centralista democrático. Essa concepção está em total oposição à concepção da Articulação, que defende o democratismo-reformismo, o partido eleitoral, cuja única disciplina é aquela exigida por um centralismo burocrático. A Articulação sempre se negou a construir um partido ligado às lutas, e atacou as tendências que se colocaram nesse sentido.

A Articulação quer expulsar, entre outras, a corrente que luta dentro do PT pelo Partido Revolucionário, pela revolução proletária e pelo governo operário e camponês. Há uma orientação da direção no sentido de promover uma verdadeira "caça às bruxas" no interior do partido. Os militantes de base da Articulação estão sendo orientados para "dedurar" os membros das tendências, uma atitude que não é própria dos trabalhadores, mas sim de seus inimigos de classe.

O momento é decisivo para o PT. Não há que abaixar a cabeça para os burocratas. Não há que abrir mão dos princípios. Não há que vacilar ou ficar na defensiva, nem permanecer no campo das manobras oportunistas. Os recuos ou apego às formalidades abrirão campo para o avanço das perseguições. E quem não está na "lista negra" hoje certamente estará amanhã. É hora de reagir duramente às ameaças e aos expurgos.

A Tendência POR defende a permanência das tendências organizadas, porque vê na intervenção no PT um caminho para a defesa da construção do POR, e defende a permanência dos jornais independentes porque, no PT, é a forma das tendências exporem a sua linha e travar a luta política, dada inclusive a inexistência da democracia interna no partido, que é controlado rigidamente pela burocracia partidária da Articulação.

Em Diadema, após a expulsão de Boni, se formou um comitê contra as expulsões e perseguições (como a exoneração de Edson Cardoni de OT e José Miranda da LPS), mas que não contou com uma participação decidida das esquerdas, que se negaram a combater a Articulação politicamente. Parece que as mesmas não têm claro ainda que já não se trata mais de ameaças da direção petista, mas os expurgos já começaram. Trata-se de levantar uma luta unitária em defesa do direito de tendência no interior do PT, o que implica em travar a luta política contra a Articulação, porque não tem sentido ficar implorando pelos "princípios do PT". É segundo esses mesmos "princípios" que a Articulação vai expulsar quem não se enquadrar no reformismo. A T.POR chama todas as correntes de esquerda, que se opõem à expulsão, a convocar uma plenária de militantes, discutir propostas, tirar uma resolução e dar forma organizativa à campanha contra as expulsões.

ABAIXO A "CAÇA ÀS BRUXAS" NO PT! NÃO ÀS EXPULSÕES!

EM DEFESA DO DIREITO DE TENDÊNCIA!

ABAIXO A DISCIPLINA IMPOSTA PELOS BUROCRATAS! PELA DISCIPLINA DA LUTA DE CLASSES E DA DEMOCRACIA OPERÁRIA!

FORA COM O DEMOCRÁTICO-REFORMISMO ELEITORALISTA, QUE LEVA A BUROCRATIZAÇÃO DO PARTIDO!

TODO APOIO À MILITÂNCIA CLASSISTA E DE LUTA!

conciliar parte dos exploradores, hipoteticamente interessados em reformas. Assim, a Articulação se apoia no raciocínio de que, para o pequeno e médio capitalista, as reformas seriam favoráveis porque desenvolveriam um capitalismo nacional e, para os explorados, porque melhorariam suas condições de vida. Na verdade, não há nada mais reacionário do que a união das classes antagônicas. A política frente populista, na prática servirá de sustentação do capitalismo semicolonial putrefato, irreformável, incapaz de estruturar um poderoso Estado democrático e de melhorar a vida das massas. No final das contas, veremos que o reformismo é completamente impotente para enfrentar as manifestações da crise capitalista mundial que se expressam amplamente no Brasil semicolonial e que seu frentepopulismo conduz à colaboração com os algozes do povo.

Se a Articulação é coerente em apresentar a estratégia, o programa e a tática condicionados às reformas, trapaceia a respeito do socialismo. A democracia como estratégia, as reformas (inclusive limitadas, como deixam transparecer os 13 pontos da FBP) e a frente popular não poderão se transformar em luta socialista do proletariado, porque em todos aspectos são o resultado das relações capitalistas. O correto é dizer que se levantarão como obstáculo para a tarefa histórica da tomada do poder e expropriação violenta da propriedade capitalista. De fato, as posições da Articulação são uma aplicação dos princípios socialdemocratas às condições do país semicolonial. Representam uma vertente socialdemocrata nacionalista. Ao levantar a hipótese da possibilidade de desenvolver as forças produtivas nacionais, em detrimento do imperialismo e da oligarquias financeiras, pressupõe a viabilidade de desenvolvimento de um capitalismo nacional independente. Essa tese nacionalista não é formulada abertamente como revolução democrática burguesa, típica do estalinismo (PCB), porém mal pode esconder sua filiação. A diretriz estalinista de um capitalismo nacional independente, conquistado através da revolução democrática antiimperialista, se contrapõe frontalmente à revolução e ditadura proletárias, cuja consequência foi barrar por um grande período a estruturação do proletariado em partido revolucionário. Este é o mesmo fim do reformismo democrático e popular do "partido de massa", porque sua estratégia não é o socialismo e sim o nacionalismo, que só pode ser burguês.

Falta às posições da Articulação uma caracterização elementar do país. Não considera sua natureza de capitalismo semicolonial, integrante de partilha mundial imperialista. A aceitação dessa premissa obrigatoriamente a levaria à conclusão do esgotamento histórico das possibilidades de amplo progresso das forças produtivas nas fronteiras dos países oprimidos, o que não lhe permitiria chegar a posições nacional-reformistas. A interdependência entre as nações oprimidas e opressoras (imperialistas) forma uma unidade mundial que, por essa razão, não é possível liquidar pela via reformista as relações de opressão (exploração de uma nação por outra), necessárias para a manutenção geral do regime capitalista. Por outro lado, a Articulação não considera o caráter estrutural da crise mundial capitalista, em que as forças produtivas entram em aberta contradição com a forma monopolista em que assumiu as relações capitalistas de produção. O impasse histórico é consequência da lei fundamental da existência das forças produtivas sociais altamente desenvolvidas em choque com a apropriação das riquezas por um punhado de magnatas. A evolução desse choque conduz à necessidade de destruição das forças produtivas, para preservar a apropriação burguesa. E o problema coloca-se nestes termos radicais: ou a reação imperialista destrói forças produtivas para manter a propriedade privada, ou, então, o proletariado destrói a propriedade, tornando-a coletiva, para libertar as forças produtivas encarceradas pelas relações burguesas de produção. Em resumo: ou a reação imperialista se impõe em toda linha ou o pro-

letariado avança rumo à revolução proletária. Nestas condições, defender a emancipação nacional dos países semi coloniais —, sem tocar na grande propriedade, supõe a possibilidade de romper tal unidade sem a revolução, que exproprie o grande capital nacional e internacional. Isso é utópico e reacionário. Enquanto o país permanecer na condição de oprimido, de capitalismo atrasado, onde se manifestam as contradições das tarefas democráticas burguesas não solucionadas (reforma agrária, unidade nacional, etc), o nacionalismo-reformista sempre emergirá como força política, porém, concluirá incapaz de libertar as forças produtivas, sacrificará ainda mais as massas, enfim, se submeterá ao imperialismo para enfrentar o proletariado revolucionário.

A verdadeira defesa do socialismo impõe compreender que a transformação da base econômica do Brasil se dará através da revolução nacional e social. O que quer dizer que combinará a solução das tarefas nacionais com a violação em grande escala da propriedade burguesa. A expropriação e estatização do grande capital industrial, financeiro e comercial é uma condição para as massas tomarem para si a solução do problema da terra, da emancipação nacional, do desenvolvimento regional harmônico e da supressão da miséria. A revolução proletária, por ser o produto da maioria oprimida e da direção de classe operária, possibilitará colocar o Estado numa posição de força perante o imperialismo e quebrar a cadeia de opressão nacional, que perpetua o atraso das forças produtivas e a miséria das massas. Sem dúvida, para se chegar a esse objetivo, há um caminho a percorrer. Esse caminho é o da construção do programa e do partido marxista, antagônicos ao reformismo nacionalista e ao partido de massa eleitoral. É parte desse programa a tática que aproxima o proletariado da maioria oprimida (camponeses e classe média urbana). A sua base é a luta direta e o ponto de partida, quase sempre, são as reivindicações elementares (salário, emprego, etc.)

A luta programática para unir o conjunto dos explorados em torno do proletariado obriga o partido a trabalhar pela aliança operária e camponesa, que cimentará a via para a constituição da Frente Revolucionária Antiimperialista; tática oposta à frente popular e que corresponde à luta revolucionária nos países oprimidos pelo capital internacional. O partido de vanguarda se estruturará no seio do proletariado e das massas em geral, lutando pela estratégia revolucionária e, na medida em que for organizando quadros de combate, se tornará dirigente de massa. Ao contrário do chamado partido de massa, que, na verdade, é formado por quadros reformistas burocráticos que manipulam a militância de base dispersa, despolitizada e inorgânica, o partido leninista, por visar a revolução, constrói a militância consciente do programa proletário, o que a torna potencialmente capacitada para dar expressão revolucionária à luta instintiva dos trabalhadores e transformar a sua própria consciência de classe. Tomando por base essa compreensão elementar do marxismo, a T. POR conclama os militantes petistas a se contraporem à demagogia social democrata da Articulação e das esquerdas centristas e a defenderem a estratégia da revolução e ditadura proletárias, a rejeitem o partido de massa policlassista (com várias classes representadas) e a sustentarem a construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

Fora com o socialismo democrático pequeno burguês!

Fora com o partido de massa eleitoreiro!

Fora com a frente popular e o frentismo eleitoreiro!

Pela revolução e ditadura proletárias!

Pelo partido Operário Revolucionário, vanguarda do proletariado!

Pela ação direta das massas!

Pela aliança operária e camponesa e Frente Revolucionária Antiimperialista!

Escreva para o jornal MASSAS

um jornal de luta
pelo governo operário e camponês
● pelo socialismo

Caixa Postal nº 01171
CEP 01057 — São Paulo — SP

O sucateamento industrial no Brasil e a necessidade da revolução

Os representantes da burguesia nacional reclamam que o Brasil está se distanciando tecnologicamente mais e mais dos países metropolitanos (imperialistas). Eis a opinião do secretário de Ciência e Tecnologia José Goldemberg: "O atraso médio da indústria brasileira em relação ao Primeiro Mundo (Goldemberg não quer dizer imperialista) é de 10 a 15 anos. Parece pouco, mas é uma eternidade, se atentarmos para a velocidade das mudanças e descobertas neste século". Segundo pesquisas, se observou que o atraso tecnológico é amplo, abrangendo setores como fiação e tecelagem, automobilística, móveis, calçados, informática, eletrônicos, eletrodomésticos, medicamentos, etc. Na verdade, a conclusão é de que "não há setor que não apresente atraso em relação ao produto estrangeiro e, quando o atraso não é tão grande, os preços são até duas vezes superiores".

Especialmente em relação à indústria de sapatos, que ganhou notoriedade como produto de exportação, uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica (1988) demonstrou que "o ramo calçados está ameaçado em sua competitividade porque a produção é verticalizada, atrapalhando a padronização e por que ainda não automatizou suas máquinas conforme o nível desejável". Por sua vez, a famosa informática produz seus computadores a preços 50% ou 100% a mais do que o similar brasileiro". Goldemberg explica que os eletrodomésticos como geladeiras, máquinas de lavar, etc, consomem 30% a mais de energia que os norte-americanos. Outros estudos internacionais, como o do International Management Development Institute (Suíça), indicam que "junto a 32 países de desenvolvimento tardio coloca a indústria brasileira em último lugar em eficiência". Em relação aos países desenvolvidos, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) considera que o nível de atualização do parque industrial brasileiro não chega, na média, a 65% das metrópoles.

As explicações da burguesia

As explicações dadas a esse fenômeno pelos porta-vozes da burguesia são várias. De acordo com o próprio Goldemberg, o atraso diz respeito "à política de substituição de importação, que impediu a entrada de produtos estrangeiros, desestimulando — com raras exceções — os investimentos nacionais em tecnologia e modernização". Outra explicação refere-se à falta de planejamento de longo prazo que sustenta a política industrial do governo. A pequena taxa de investimento em pesquisa tecnológica é um fato decisivo, segundo alguns analistas. "Afinal, o Brasil gasta anualmente cerca de 0,6% do PIB em desenvolvimento tecnológico, enquanto que nos países desenvolvidos o volume de recursos destinados a esta área chega a 3% do PIB. Há também aqueles que justificam a questão principalmente devido a "economia ser muito fechada, com muita reserva de mercado e setores oligopolizados". A este respeito denunciam que, "nos países desenvolvidos, a iniciativa privada participa com 50% dos investimentos em desenvolvimento tecnológico, enquanto no Brasil o percentual chega somente a 14%".

A discussão sobre o atraso tecnológico tem à tona, neste momento, justamente porque o imperialismo, através de Collor, pressiona para que se faça uma ampla abertura no mercado interno. Sob o argumento de que é preciso modernizar a economia, as frações burguesas debatem as conseqüências do aumento da influência do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo que são impotentes para evitar o processo de desnacionalização, previsto claramente no Plano Collor, conside-

ram que "a modernização da indústria passa não apenas pelo aumento da concorrência interna motivada pela entrada de novos produtos estrangeiros, mas principalmente por uma estratégia que defina as metas e os objetivos a serem atingidos na década de 90. Receia-se que "muitas empresas criadas para produzir insumos básicos, atendendo orientação de governos passados, preocupados com a nacionalização da indústria, vão simplesmente desaparecer" (Einer Kok). É esclarecedora a revelação do empresário Paulo Francini de que os altos preços internos visam "compensar perdas necessárias para garantir a competitividade de certos produtos no exterior". O que quer dizer que os exportadores vendem ao exterior as mercadorias abaixo dos preços de custo e compensam a perda elevando-os às alturas para os brasileiros.

O que a burguesia não diz

Está aí um conjunto de reclamos e colocações sobre a distância da capacidade produtiva do Brasil em relação ao restante do mundo e, pontualmente, frente aos países industrializados, que obscurecem as raízes do atraso e a perspectiva que a economia brasileira tem pela frente. O que os burgueses e tecnocratas não podem dizer é que o escasso desenvolvimento tecnológico é típico dos países semicoloniais. Isso indica que as forças produtivas nacionais se encontram num baixo nível de desenvolvimento. E, por mais que o capital nacional e seus governos tenham se esforçado para desenvolvê-las, se deparam com os limites impostos pela economia imperialista. O capitalismo no Brasil foi introduzido desde fora pelas metrópoles. Tardamente foi integrado à economia mundial completamente conformada pelo capital financeiro internacional. Desta forma, nasceu e se desenvolveu sob a égide do imperialismo, que para sustentar o regime capitalista necessita explorar e manter em atraso estrutural a maior parte das nações.

O que o reformismo não diz

Os nacionalistas e reformistas desde sempre criaram a ilusão na possibilidade de emancipar o Brasil do jugo imperialista sem romper o quadro capitalista de produção. O resultado foi um acúmulo de fracasso, pois a libertação das relações de opressão nacional implicar em dar um grande salto na capacidade das forças produtivas, que estão completamente internacionalizadas. O nacionalismo ludibriou o essencial da condição do atraso brasileiro, isto é, que as economias particulares nada mais são do que o reflexo da lei geral de desenvolvimento e desagregação da economia mundial. O condicionamento às economias não é um fenômeno conjuntural de maior ou menor força circunstancial do imperialismo perante elas, mas sim de ordem estrutural, que tem por base a lei do desenvolvimento desigual e combinado, que possibilitou a articulação da unidade capitalista mundial combinada pela relação de opressão nacional (países oprimidos e opressores). E, historicamente, não há como os países semicoloniais saírem de sua condição raquítica sem quebrar os laços que os atam ao imperialismo. Pelo contrário, regredirão sob o peso da crise geral capitalista. Atribuir o baixo incremento tecnológico à substituição da exportação, à falta de uma política industrial de maturação a longo prazo, à falta de investimento privado, etc é contornar o verdadeiro problema nacional. Como sempre a burguesia nativa se coloca impotentemente frente às grandes questões.

O atraso tecnológico e a recolonização

O imperialismo luta palma a palma para submeter mais ainda os povos semicoloniais. E o que chamamos de ofensiva recolonizadora. A linha de desestatização e conversão da dívida externa em ativos fixos do governo Collor exemplificam bem a imposição reacionária do capital estrangeiro e a assimilação da burguesia nacional. O Estado e o governo se comportam como correia de transmissão da estratégia imperialista originada da crise mundial, indicando que a desagregação econômica aumenta a interdependência entre os países oprimidos e opressores, para que este último abra margem de manobra em defesa dos interesses gerais (sustentação do capitalismo em bancarrota) da classe exploradora.

Por detrás da necessidade do imperialismo ampliar seu raio de ação, controlando mais duramente os mercados internos e os ramos de produção monopolizados e também destruindo parte das forças produtivas (recessão), está o estágio de superprodução alcançado, que se choca com o estreitamento do mercado mundial comprimido pelas fronteiras nacionais. As reservas de mercado, o protecionismo alfandegário e o controle nacional de fontes estratégicas de produção são parte dessa obstaculização. Incorpora-se, também, às contradições existentes entre as fronteiras nacionais (divisão do mundo em países) e as forças produtivas mundiais o grau de capacidade tecnológica (produtiva) alcançado pelos países semicoloniais. O ultimatum das metrópoles para que o Brasil se submeta à concorrência desigual com os poderosos trustes objetiva disciplinar, submeter ou absorver certas esferas da economia, como por exemplo a informática, a siderurgia, etc.

As tendências da crise

Um fato decisivo no desequilíbrio mundial tem sido o declínio do império norte-americano, que expressa no fundo a alta capacidade produtiva atingida pelos monopólios, estendidos pelo mundo todo, sem que possa aplicar considerável parcela das conquistas tecnológicas acumuladas. A ascensão japonesa e alemã ocidental se dá nessa situação, em que também a Inglaterra, França, etc regridem ou estacionam. As forças produtivas mundializadas se conflitam em escala ascendente, ameaçando um período de larga recessão e quebraadeira. Não é verdade que, de um lado, o Japão se bate por manter a posição mundial alcançada, resistindo às pressões dos demais imperialismos, e de outro, os EUA forcem por todos os meios para breçar o processo de desintegração? Tal agudização se explica porque a forma de expropriação privada monopolista da produção social entrou numa fase de potente contradição com as extraordinárias forças produtivas criadas (entre elas o avanço tecnológico), que força por se projetar, mas é barrada pelas relações capitalistas de produção.

O fantástico crescimento da pobreza relativa e a absoluta das massas, na era de grandes avanços tecnológicos, é uma consequência fundamental dessa contradição, que acaba por reforçá-la e torná-la explosiva e desintegradora. O choque mundial das forças produtivas (que tem suas particularidades nacionais) com a forma monopolizada das relações de produção recai com todo seu peso sobre as nações mais débeis e as arrasta para a indigência mais abrangente. Essa tendência dita a política do imperialismo, que, por força histórica, obriga as burguesias nacionais cederem passo a passo, cortando em sua própria carne. Não é por acaso que assistimos o PMDB, PSDB e velhos nacionalistas se comportarem como antinacionais frente à crise, capitulando perante a diretriz pró-imperialista.

O conteúdo da abertura ao imperialismo

Desta forma, as quebras industriais, a redução da produtividade, o sucateamento tecnológico, a diminuição da partici-

pação no mercado externo são expressão das tendências destrutivas liberadas das contradições estruturais (forças produtivas sociais potentes e apropriação privada da riqueza), que golpeiam fundo os países semicoloniais. O que a burguesia, os nacionalistas e reformistas social-democratas não podem admitir é a existência do duplo mal da semicolônia, que bloqueia suas forças produtivas, isto é, de um lado, a estrutura desigual e combinada da economia, que forma a unidade indissolúvel do atraso e do avanço capitalista, onde convivem as relações pré-capitalistas de produção com a alta técnica industrial dos grandes centros; de outro, a brutal condição de país oprimido, subjugado pelo imperialismo. Essa duplicidade também forma uma unidade indissolúvel, que historicamente esgotou qualquer possibilidade de superação do atraso e de desenvolvimento de uma economia nacional independente das determinações do imperialismo.

Por essa razão, não há a menor possibilidade de intercâmbio tecnológico com as metrópoles ou em criar as condições internas para desenvolver tecnologia própria a nível condizente com as necessidades do país semicolonial. O ponto de vista da modernização, da integração do Brasil na "nova ordem mundial" que se abre, etc, que ora parte do grande capital, ora da pequena burguesia, tem como sentido obscurecer o processo da crise e do incremento da opressão imperialista, que daqui para frente agirá mais ofensivamente a favor da redução da capacidade produtiva das semicolônias.

As tarefas do proletariado

Porém, se as tendências convulsivas mundiais da superprodução ditam a política da reação, também determinam a do proletariado, que comprova que vivemos a era das revoluções proletárias e não da expansão progressiva do capitalismo, onde quer que seja. De fato, os países atrasados têm de dar um grande salto na sua capacidade industrial, que significa inclusive transformar por completo a economia agrária encarcerada pelos latifundiários e pela economia de subsistência dos pequenos produtores, romper com os conhecidos desequilíbrios regionais e incorporar à produção milhares de trabalhadores desempregados e subempregados. Mas para isso será necessário livrar o Brasil do potentado financeiro internacional, derrotar a oligarquia latifundiária e quebrar a espinha dorsal do grande capital reacionário. Esta é uma tarefa para a revolução proletária, que se destina a libertar as forças produtivas das amarras das relações capitalistas de produção.

A destituição da burguesia nacional de todo o poder é a condição para dar um salto civilizatório, para desenvolver a ciência, a cultura e o ensino voltados ao avanço coletivo da produção da existência. A ditadura de classe do proletariado enxotará os Amatos, os Ermírios, os Antunes, os Monteiros, os Vidigais, etc, e permitirá às massas solucionarem os problemas econômicos, aproveitando-se do potencial criado e ao mesmo tempo bloqueado pelo capitalismo. O proletariado é a única classe progressiva capaz de romper com o imperialismo e solucionar o atraso, porque encarna a necessidade das forças produtivas, em rebelião, destruírem a propriedade burguesa para marcharem à frente. A construção do Partido Operário Revolucionário comparece como fator decisivo para que proletariado possa encarnar essa tarefa histórica de emancipação, resolução das tarefas nacionais e implantação do socialismo.

Para se arrancar o país do atraso, da miséria e da crise capitalista:

Organizar a luta antiimperialista!

Desenvolver as condições para a Revolução e Ditadura Proletárias!

Morte à burguesia impotente e reacionária!

Construir o Partido Operário Revolucionário

Balanço das eleições têxteis de São Paulo

O processo de formação da chapa começou com a discussão entre os Têxteis da CUT, a Corrente Sindical Classista (CSC, ligada ao PCdoB) e o Movimento Sindical Proletário (MSP). A Oposição Classista Têxteis da CUT, desde o início, condicionou a formação da chapa à discussão e aprovação de um programa classista para a Frente, com independência política e organizativa de cada força. De início, o PCdoB propunha uma Oposição Unida sobre a base do programa da Frente Brasil Popular, mas diante do programa classista apresentado pela T.POR, que conseguiu arrastar atrás de si as outras posições, retirou sua proposta e se colocou formalmente de acordo com o programa classista.

Enquanto ocorriam as discussões para a formação da chapa, a diretoria pelega começou suas manobras mudando o estatuto, aumentando o número de candidatos de 24 para 84, colocando uma série de empecilhos, como a obrigação dos mesários serem da categoria. Este estatuto como não podia deixar de ser, foi aprovado em uma assembléia que nunca aconteceu. Além disso, anteciparam-se as eleições, que deveriam acontecer no começo de agosto para junho. No dia 31 de março, a burocracia lançou o edital de convocação para as eleições, dando um prazo de dez dias corridos para que se registrasse a chapa, sendo que neste período mais de 90% dos têxteis estavam em férias coletivas. A composição da chapa, dada estas circunstâncias acabou mostrando-se frágil politicamente, pois não era produto da firmeza programática nem das lutas, e, desta forma, estando sujeita a poderosas pressões exercidas pela patronal e pela burocracia violenta. Vemos também o papel da PCdoB para a consolidação deste processo. Esta corrente tentou se potencializar através do trabalho de setores independentes (Marcello, Damião, ex-diretores do sindicato, da ala pró-CUT), dizendo que estes pertenciam a CSC, fazendo isto para ter um maior poder de barganha na formação da chapa. Forçou a imposição da cabeça da chapa, discordando da proposta dos têxteis da CUT de se fazer uma plenária de toda chapa para este fim (isto ocorreu porque a MSP se colocou ao lado do PCdoB, alegando falta de tempo para a convocação) desvirtuando o programa, quando fala da questão da democracia operária e da participação das bases nas decisões.

Além de evitar as discussões políticas, o PCdoB criou uma forte ilusão em alguns setores da chapa de que as eleições seriam ganhas somente pelo sentimento oposicionista, que a categoria estaria tendo, e que as questões pendentes seriam resolvidas facilmente pelo jurídico, isto sem que fosse necessário organizar a categoria. Prova disto é a tentativa de abandonar o ascenso do movimento que estava começando a acontecer e ainda permanece (a greve na Valerim, na Sta. Constância), alegando que só dirigiríamos as greves quando tomássemos o sindicato, uma típica posição eleitoreira de quem só está interessado no aparelho.

fração revolucionária na CUT

O que mais chamou a atenção nesta eleição dos têxteis foi a total falta de uma política voltada para apoiar as oposições por parte da CUT e isto acontece devido ao aparelhismo desenfreado das correntes que estão na direção da Central. O descaramento da Estadual foi tamanho que nem se deu ao luxo de pelo menos pôr o pé numa reunião de apoio da chapa, e isto levando em conta que militantes da Articulação (corrente majoritária na Estadual) estavam na chapa, mostrando que o que importa é o apoio somente a chapas onde tem hegemonia, pouco importando o programa da chapa ou os interesses da classe. Por parte da Regional GSP vemos fortes traços deste burocratismo, já que levou a cabo um apoio apenas formal, que se traduziu inicialmente em apoio individual e que levou inclusive a abertura de uma crise no interior da direção.

É justamente este tipo de sindicalismo aparelhista, mais interessado em conquistar os sindicatos para suas forças políticas do que preocupado com o desenvolvimento da luta classista no movimento operário, que precisa acabar. E isso só poderá acontecer mediante a formação de uma FRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA na CUT, baseada num programa classista e de luta, como apresentado a T.POR para a oposição têxtil, o qual deve ser desenvolvido e materializado no interior da classe operária.

Esta mesma colocação fizeram para impedir a colocação no boletim da defesa da greve geral, alegando receio ao pelego usar isto para tirar votos da chapa 2.

Toda esta política demonstra que o PCdoB só estava interessado em ganhar o aparelho. Para exemplificar, basta vermos a forma com que um militante do PCdoB "arrumou" os candidatos, sem o mínimo esclarecimento do que iriam fazer, justificando que se tratava de conseguir documentos para tirar o presidente do sindicato. Isto trouxe como consequência a renúncia destes companheiros diante da menor pressão dos patrões e da burocracia, que ameaçaram com a demissão.

A burocracia, aproveitando a oportunidade, levantou imediatamente a impugnação da Chapa 2. Para a oposição foi preciso desviar todo um esforço físico e material para conseguir as contra-renúncias. Foram dias de campanha dedicados unicamente a ir atrás destes companheiros e quando conseguimos, os patrões ameaçavam e novamente eram assinadas renúncias. Tentou-se então um esquema parlamentar (aí vem novamente o ilusionismo do PC do B com relação, agora, ao parlamento) para pressionar o patrão via Comissão do Trabalho da Assembléia Legislativa, que resultou de alguns telefonemas e numa carta da deputada Clara Ant, e de um pronunciamento no Plenário do Deputado Francisco de Souza (o Chico Gordo). Nem é preciso falar que isto não pressionou ninguém. Por fim, de posse das últimas contra-renúncias, exigimos, ainda dentro do prazo, que o sindicato nos entregasse a lista de mesários. A burocracia simplesmente comunicou a decisão totalitária de não aceitar as contra-renúncias e por isso a oposição estava fora do pleito. A seguir a chapa 2 procurou dar continuidade ao processo, convocando uma assembléia geral da categoria, que foi dispersada por cerca de 600 bate-paus contratados pela burocracia. Esse fato demonstrou a debilidade final da oposição, que não foi capaz de estruturar a reação violenta contra o bando fascista armado. Finalmente, a oposição deliberou pelo não voto (abstenção) que politicamente se confundiu com a abstenção dos operários que não estavam interessados nas eleições, dada a enorme despolitização da classe. Novamente o PC do B criou a ilusão na possibilidade de impugnar ou anular as eleições através da falta de quórum, e nisto o MSP seguiu os estalinistas. A proposta dos Têxteis da CUT, para politizar os companheiros que simpatizaram com a Chapa 2, foi a de pregar o VOTO NA CHAPA 2, sem pensar que isto levaria à anulação das eleições (como de fato era a proposta do não voto), mas sim para os trabalhadores expressarem a opção pela defesa do programa de luta, isto é, uma atitude militante de defesa da oposição. Sabemos que a eleição não deu quórum, mas isto não foi empecilho para que a pelegada não se auto-proclamasse direção.

A campanha eleitoreira da CSC

A CSC, dizia aos quatro cantos, que mantinha a hegemonia da chapa. Agora perguntamos, se assim foi, porque o apoio à chapa 2 foi tão pequeno? Pois, de acordo com sua prática costumeira, se ela tivesse hegemonia apoiaria de forma total, ainda mais levando em conta que estava em jogo a direção de um dos mais importantes sindicatos do estado e com uma grande chance de vitória. Mas ao contrário disto, a CSC dá um apoio ínfimo à chapa.

Entendemos que a direção da CSC sabia desde o início que os problemas jurídicos causados por seus próprios militantes, não se resolveriam, porque eram decorrência da incorporação indiscriminada de elementos à chapa, e não o produto de um trabalho de conscientização política. Por isto mesmo apesar de ter alguns advogados para resolver este problema, a CSC não se propôs a liberar nenhum para acompanhar sistematicamente a chapa, pois sabia que seria perda de tempo. Enquanto isto seus militantes jogavam todo tipo de ilusão nesta questão.

Com relação aos materiais, logicamente não iriam rodar, pois sua prioridade era apenas de fazer uma campanha eleitoreira, e tentar a partir daí dar um empurrão nas candidaturas do PCdoB. Mas encontraram uma barreira que os impediu de dar essa perspectiva à campanha, que foi justamente o programa classista da chapa defendido pela T.POR, e que a CSC defendia apenas formalmente, o que se comprova pelos seus atos.

Coloca-se novamente a questão da continuidade da burocracia policial na direção, e o atraso que isto significa para a categoria, pois aquela vai dar continuidade a sua política de destruição das lutas da categoria, do uso do aparelho sindical para benefício pessoal, para podar toda e qualquer forma de organização da categoria, do uso da deduração das pessoas que se esforçam para mudar a situação da classe.

A lição deixada pela experiência

É a partir desta realidade que poderemos tirar as lições para a organização da categoria. A tentativa de tomar de assalto o sindicato, sem precisar organizar nem mobilizar os operários, utilizando-se de companheiros que nem sabiam o que estava acontecendo, iludindo outros que seria possível substituir a luta organizada por manobras de advogados e por pressão parlamentar (política típica do PCdoB), foi um dos principais fatores que favoreceram a burocracia para eliminar a Chapa 2 quando ficou demonstrada a possibilidade de vitória nas urnas.

Vemos, por outro lado, o caráter embrionário do trabalho da T.POR na categoria, que impossibilitou que se organizasse efetivamente um poderoso pólo classista, de combate às posições eleitoralistas do PCdoB. Este fato foi agravado pela posição centrada que tiveram os militantes do MSP, entregando-se ao trefismo e deixando de participar das lutas políticas no interior da chapa.

Um outro problema refere-se à falta de enraizamento da oposição na classe, a falta de grupos de fábricas organizados pela oposição, que fariam, através das reivindicações, um trabalho de mobilização, necessário para a conscientização e elevação política da classe, e que certamente seria o sustentáculo da oposição classista nas fábricas, capaz de qualquer luta para varrer a camarilha parasitária do interior do sindicato.

É deste ponto de vista e desta experiência que se coloca agora a construção de uma Fração Revolucionária nas fábricas, que, através da penetração na classe e aperfeiçoamento do programa classista da Chapa 2, se constituam em um pólo de luta anticapitalista e de organização da classe.

Construir o programa

A construção da Fração Revolucionária nos Têxteis deve estar baseada no desenvolvimento do programa da Chapa 2 de Oposição que consta dos seguintes pontos:—

1) **UM SINDICATO DE LUTA DE CLASSE**, contrário a pactos sociais e que combata a política econômica do governo, a opressão imperialista, e auxilie a luta pela emancipação econômica e política dos trabalhadores, pondo fim ao capitalismo. 2) **UM SINDICATO DE MASSA**, apoiado nas decisões diretas dos trabalhadores, que esteja mobilizando permanentemente, enraizado na organização de fábrica independente e apoiado na democracia sindical, através da qual todos os militantes possam defender suas propostas e vale a decisão da maioria nas assembleias. 3) **INDEPENDENTE DO ESTADO E DE TODA POLÍTICA BURGUESA**, isto é, manter o sindicato à margem e contraposto às instituições do Estado burguês, com uma política contra as correntes que se colocam no campo da colaboração da classe, lutar contra a legislação e a repressão que impeça a existência de um sindicato de luta e de classe. 4) **BASEADO NA DEMOCRACIA OPERÁRIA**, permitindo a expressão de todas as correntes e posições operárias, colocando em funcionamento os organismos de massa, assembleias, plenárias, congressos, reuniões amplas, onde a maioria decide as questões, deve defender os trabalhadores que lutam contra os patrões e sofrem repressões, independentemente de divergências políticas. 5) **ORGANIZADO PELA BASE**, baseado nas comissões de fábrica, e num conselho geral delas eleito pelos trabalhadores com revogabilidade de mandato. 6) **QUE DEFENDA AS REIVINDICAÇÕES DAS MASSAS**, defenda as campanhas nacionais de luta e a greve geral como instrumentos de conquista, pela escala móvel de salário, pelo salário mínimo do DIEESE, garantia de emprego para todos os trabalhadores. 7) **POR UMA DIREÇÃO DE CLASSE E ANTIBUROCRÁTICA**, onde haja direito de divergência, revogabilidade de mandato, mantendo a ligação direta com o trabalho fabril, não receber altos salários, viver com o salário do emprego, realizar um trabalho sistemático nas fábricas. 8) **PELA DEFESA DA CUT INDEPENDENTE E DE LUTA**, organizadas nas zonas de militância constante, que apoie as oposições classistas sem discriminação aparelhistas, organizadas pela base.

A greve na Phebo Metal

No último dia 06/06, os trabalhadores da metalúrgica Phebo Metal decidiram entrar em greve pela reposição salarial (166%), estabilidade no emprego e outras reivindicações. A empresa já havia reduzido a jornada de trabalho (folga às sextas feiras) com a conseqüente redução de salários.

Através de negociação com o sindicato, foi apresentada pela empresa e defendida pelos pelegos a seguinte proposta: retorno ao horário e salários anteriores ao acordo, sem reposição salarial, e demissão de 50 trabalhadores. Os pelegos chegaram ao ponto de pedir aos trabalhadores que apresentassem voluntários para o "facão". Como era de se esperar, os trabalhadores recusaram a proposta, decidindo pela manutenção da greve, isto na 5ª feira. O sindicato votou 4 vezes a proposta e mesmo assim foi derrotado pela disposição de luta dos companheiros.

Na segunda-feira, a empresa colocou o gerente geral na porta da fábrica desde às 6:30 da manhã para pressionar os trabalhadores um a um, ameaçando-os de demissão. Os pelegos do sindicato chegaram bem atrasados, e quando chegaram ainda ficaram defendendo a volta ao trabalho para aqueles que estavam fora da empresa. O "sindicalismo de resultados" trouxe como resultado para os trabalhadores a derrota, a manutenção do arrocho e ainda mais 50 demissões. A Oposição metalúrgica deve disputar a direção do movimento com os pelegos, sob pena de ficar apenas como observadores da traição pelega.

Os quebra greve

A campanha pela reposição das perdas nos condutores levou as suas direções sindicais à radicalização (sinal da vontade de luta dos trabalhadores). Essas mesmas direções diziam fazer uma campanha unificada com outras categorias (Sabesp/Cetesb, metroviários, condutores ABC) mas não passava de uma unidade formal, pois as negociações foram feitas em separado. Não chegou a acontecer nenhuma assembleia conjunta, e sequer a formação de um comando unificado. Na possível assembleia conjunta, apenas os condutores das empresas particulares estavam presentes, ninguém mais. A direção dos condutores tentou de tudo contra a greve, não convocou os trabalhadores da CMTC, não deixou nenhum trabalhador de base defender a greve, usou de todas as chantagens possíveis para poder evitar o movimento, dizendo até que "os trabalhadores da CMTC não entrariam em greve e tudo poderia estar perdido. Chegaram a pôr a proposta em votação 4 vezes. Apesar disto os trabalhadores votaram pela greve e os fatos mostraram o engano das direções. A CMTC acabou sendo a 1ª a aderir à greve numa demonstração de força e de acatamento à democracia operária, pois ela não estava na assembleia; depois as particulares, que sempre tiveram dificuldades para aderir a um movimento. As direções, sabendo disso muito bem, usaram o fato para jogar contra a greve, não formando os piquetes, deixando o movimento ao "Deus dará". A atitude destas direções deve ser repudiada e certamente será pelos trabalhadores, ainda mais depois de um grande arrocho salarial e demissões que o Plano Collor despejou sobre as costas dos trabalhadores. Essas direções preferem tomar uma atitude de conciliação de classe, deixando os patrões (sejam de direita ou esquerda) usufruírem dos seus lucros com tranquilidade.

Qual a posição da Prefeitura de S. Paulo Diante da Greve?

A direção da CMTC, dias antes da assembleia do dia 21, soltou um boletim, usando de chantagens com os trabalhadores, tentando amedrontar e até ameaçar. Apesar disso não conseguiu quebrar o movimento.

O governo democrático popular, na sua atitude mais patronal possível, ameaçou diretamente os trabalhadores de demissões se a greve não terminasse, até mesmo abrindo uma frente de trabalho na CMTC (filas na frente do estádio do Pacaembú).

Devemos repudiar totalmente esta atitude do governo petista, que deixa claro que não quer se contrapor ao Plano pró-imperialista do Collor, mostrando para os trabalhadores que está gerenciando um sistema falido e um Plano de arrocho, recessão e desemprego. Por isso se colocando contra o movimento e chegando ao extremo de depois da greve abrir sindicâncias para descobrir as lideranças do movimento, como fez Paulo Azevedo, ex-presidente do sindicato dos metroviários.

Unificar todo o funcionalismo público

NUMA SÓ FORÇA CONTRA AS DEMISSÕES!

Frente à ameaça de generalização grevista e radicalização dos funcionários públicos e operários ligados à estatais, Collor retrocedeu provisoriamente na previsão de demitir 360 mil trabalhadores. Agora se fala em cerca de 120 Mil, como se pouco significasse. Por outro lado, os setores mais empenhados na chamada racionalização da máquina estatal protestam contra qualquer mudança de meta. Entretanto, a possibilidade de se armar um grande movimento nacional contra as demissões deixou os ministros e tecnocratas temerosos. Na Petrobrás, a direção foi obrigada num primeiro momento a suspender a imediata demissão de 30% de seus trabalhadores e fazer um acordo com a burocracia sindical, sob o patrocínio do se-quiz Medeiros, para se evitar que a greve marcada para o dia 6 se tornasse um fator dinâmico para a greve geral do dia 12. Diante da greve dos portuários, se fez um acordo de não se demitir por 90 dias.

Porém, nem bem a burocracia suspendeu a greve e a Petrobrás iniciou as demissões. Assim, prontamente, a resposta dos operários foi a greve. Anteriormente, alguns porta-vozes do governo deixaram transparecer a idéia de que seria uma besteira partir abertamente para a demissão generalizada, como queria inicialmente Collor a partir do dia 18. A tática poderia ser de distribuir as demissões no tempo, mas ganhou a linha dura de numa só penada demitir ou afastar 75 mil. O governo, a partir desse momento, passará a endurecer contra a resistência grevista dos funcionários e a realizar uma série de manobras para diluir a luta e criar as condições políticas para cumprir seu objetivo antipopular. Para isso conta com o auxílio da burocracia sindical, que tudo tem feito para manter os trabalhadores desunidos no corporativismo.

Ao contrário, para se responder com eficácia à investida do desemprego e às novas manobras preparadas no covil do Planalto, que certamente são supervisionadas pelos generais, a arma dos explorados é a de organizar a GREVE GERAL DE TODO FUNCIONALISMO COM OCUPAÇÃO DAS UNIDADES DE TRABALHO e, ao mesmo tempo, levantar a bandeira de GREVE NACIONAL DE TODA CLASSE TRABALHADORA PARA PÔR ABAIXO O PLANO COLLOR. Nesse sentido, os assalariados devem rejeitar a posição da burocracia sindical de negociar o número e o critério para as demissões. Em contraposição a T.POR levanta: **NENHUMA DEMISSÃO! ORGANIZAR A GREVE GERAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM TODO PAÍS!**

Apeoesp — Balanço das eleições do CR- Oeste/SP

A regional Oeste da Apeoesp realizou em 31 de maio a eleição para o Conselho de Representantes com o objetivo de escolher os professores responsáveis pela tarefa de organizar as escolas, implementar as discussões político-educacionais no seio da categoria, trabalhar pela unificação dos trabalhadores em educação (formação do Sindicato Único) e lutar decididamente pela unificação com outras categorias de trabalhadores (funcionários públicos, metalúrgicos, plásticos, etc). Para isso, assinalou a importância de transformar essa sub-sede em um verdadeiro organismo de combate. A escolha de professores comprometidos com essa difícil missão significou colocar os docentes lado a lado com todos os setores oprimidos para o enfrentamento com os defensores da exploração e da miséria.

A presença massiva dos professores às urnas, apesar da dispensa do ponto, revela o grau de conscientização de uma categoria que há 10 anos tem se mobilizado sistematicamente por salários, melhores condições de trabalho, etc. Se é verdade que uma parcela de professores foi depositar o seu voto pelo simples fato de ter o dia de trabalho abonado, é também verdadeiro que essa mesma parcela não se dispôs a anular o seu voto. Basta ver que de 1170 votantes somente 50 foram votos nulos e brancos. Mesmo levando em conta o fato do abono, o elemento mais significativo é que houve o voto na oposição. Esse voto com caráter diferenciado é o resultado da experiência que a classe vem realizando com a direção da Apeoesp. Essa experiência tem confirmado que a linha política da Articulação (corrente política a qual a direção da Apeoesp faz parte) é impotente perante o poder do Estado, isto porque é corporativista, isola o movimento combativo do professorado do conjunto dos trabalhadores, os coloca limitados frente à ofensiva do governo. Nesse sentido, a oposição tem aberto um caminho. A T.POR tem feito um esforço para delimitar claramente com uma linha política principista, oposta às manobras eleitoreiras, às pressões puramente parlamentares. A votação expressiva na candidata pela T.POR é a conjugação dessa experiência da classe com a direção do movimento e as posições revolucionárias, que certamente ainda são pouco difundidas e compreendidas pelos professores.

A T.POR participou das eleições com posições políticas delimitadas do conjunto das tendências que atuam na região (Luta de Classes, Militante Socialista, Articulação e Independentes). Essas posições estão expressas na Plataforma de luta. Procuramos chamar a atenção da militância no sentido de politizar o processo eleitoral. Defendemos o debate aberto das plataformas e a partir daí a composição de chapas. As correntes políticas não viram tal importância e optaram pelo método da simples escolha de nomes para a composição. A corrente Luta de Classes articulou sua chapa a partir das reivindicações aprovadas em congressos da entidade. Não estabeleceu divergências com a Articulação, optou por adaptar-se ao conservadorismo imperante, o que a coloca como incapaz de se constituir como oposição estratégica ao reformismo e à burocracia. A T.POR criticou essa prática e lançou o seu programa para o debate nas escolas, por considerar que esse é o método correto da construção de uma corrente de oposição à Articulação e de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, acabam comungando com as mesmas práticas.

A T.POR apontou, com propriedade, em sua plataforma que a crise educacional existente hoje no Brasil é parte da crise mundial do regime capitalista. O capitalismo para continuar existindo precisa destruir as forças produtivas (fechamento de fábricas, desemprego, recessão, destruição da ciência/educação). O ensino, enquanto elemento da superestrutura de uma sociedade, é um reflexo desta e por isso uma sociedade que se desmorona só pode ter uma escola e um ensino falidos. O salto de qualidade em todo o ensino só pode se dar revolucionando as bases materiais da sociedade. O que quer dizer expropriar o poder econômico e político da burguesia e colocá-lo sob a direção do proletariado, apoiado na grande maioria nacional oprimida. Só assim será possível desenvolver as forças produtivas; e a educação terá um papel importante, rompendo com a brutal separação entre o trabalho manual e intelectual imposta pelo capitalismo. A T.POR é, também, a única corrente que de fato defende a escola pública. Dizemos isso porque a defesa da escola pública para ser conseqüente passa necessariamente pela extinção de toda rede privatista de ensino, seja ela religiosa ou não. Nesse sentido, propõe a criação de um único sistema escolar desde o básico até o universitário, sustentado pelo Estado e com total autonomia de cursos, administrativa, financeira, etc. A reivindicação de escola única, pública, gratuita, autônoma e laica é democrática e tem que ser levada à classe trabalhadora, porém a sua conquista implica na luta mais geral de todos os setores oprimidos contra o Estado, a burguesia, a casta religiosa, sustentáculos da política imperialista. Por isso a defesa de escola única, pública, gratuita e autônoma tem que assumir o caráter de luta contra o imperialismo (responsável pela quebra das forças produtivas). Assim criticamos a política distracionista dos reformistas e democratizantes que utilizam o discurso de defesa da escola pública, mas não mexem uma palha para não ferir os interesses da Igreja, detentora de uma parte significativa da rede privada de ensino, subsidiada com os recursos do Estado. Finalmente, a T.POR apontou o combate à política corporativista, às posições conciliadoras e o caráter burocratizado da direção da Apeoesp como método para a construção de uma corrente de oposição.

Apesar do caráter massivo das eleições, o voto significativo nas posições opostas à direção da Apeoesp, a eleição de 24 companheiros dispostos a essa tarefa de construção do movimento na região, isso só não basta. É preciso abrir o debate e explicitar as posições políticas. Nesse sentido, a T.POR está disposta a cumprir com tal objetivo, bem como assinala a importância vital da formação de uma corrente proletária na educação. Defendemos a formação da corrente proletária porque se apoia na política da classe operária, com seus métodos próprios de combate e não nas aspirações da pequena burguesia e, portanto, luta para quebrar o conservadorismo e a limitação próprios de classe média. Desta forma, a construção de um programa da classe firmado na independência frente ao Estado, na crítica ao reformismo, aos democratizantes, na luta intransigente contra a linha de burocratização da Apeoesp, são partes fundamentais do programa e da construção dessa corrente proletária dos educadores.

Por uma regional de massa, combativa e de luta!

Eleições metalúrgicas/S. Bernardo

DUAS CHAPAS DISPUTARAM A DIREÇÃO DO SINDICATO
A CHAPA 1 DA CUT E A CHAPA 2 DA CGT

As eleições metalúrgicas do ABC, realizam-se em um momento de muita importância para o movimento operário no Brasil. Com a posse de Collor, era do conhecimento das direções e dos partidos que vinha um pacote de arrocho e fome ditado pelo imperialismo. Tratava-se de defender junto à CUT a convocação de um Congresso de base extraordinário para armar os assalariados para enfrentar o pacote imperialista de arrocho e fome.

A Tendência POR interveio neste processo e levantou a necessidade de preparar o combate, e ainda discutir na categoria um programa revolucionário para dirigir o sindicato no próximo período.

As discussões do programa da chapa não se concretizaram e a democracia operária do direito a divergência e do debate das idéias foi substituído por manobras burocráticas e o alijamento das correntes que discordam. Assim a Articulação manobrou, impediu a democracia operária e não assumiu o programa revolucionário de combate ao Plano Collor.

No período eleitoral as demissões começaram a todo vapor e a direção do sindicato levanta corretamente a bandeira "ocupar as fábricas" caso o patrão demitisse.

Apesar de levantar esta palavra de ordem, na prática ela não se concretizou, pois na Ardeb o patrão ameaçou em massa e a diretoria da Articulação orientou que os operários ocupassem a fábrica pacificamente e dentro de 20 minutos suspendeu a ocupação com a alegação de que estariam abertas as negociações. Dispersou a luta e as negociações não deram em nada, as demissões correram soltas. Só na Ardeb foram demitidos por volta de 1000 Operários e a proposta de ocupação ficou só no discurso.

Assim ocorre o processo eleitoral, nem a proposta de preparar os trabalhadores para o combate geral contra Collor se deu, nem

as ocupações para impedir as demissões se concretizaram.

O programa da chapa 1 se limitou ao palavreado de unificar os sindicatos metalúrgicos do ABC com a criação de um sindicato único e a montagem de uma rádio dos trabalhadores (do sindicato).

A chapa 2 dos pelegos da CGT ressuscitou o velho discurso de não partidização dos sindicatos, próprio do sindicalismo amarelo que tem por detrás a defesa da opressão de classe, do governo e do patronato e sua propriedade privada.

Na realidade nenhuma decisão sindical é neutra (nenhum sindicato é neutro), por detrás de qualquer posição defendida nos sindicatos está a orientação partidária, é isto não significa que devemos transformar os sindicatos em um partido, mas no sindicato deve haver toda a liberdade de organização e de expressão das correntes políticas, uma vez que no seio da classe operária inevitavelmente várias correntes se expressam. Este fato é uma constatação bem antiga. As divergências nascem assim como nasce a luta de classe, e a precisão política, a formação da vanguarda, se concretiza na mais ampla discussão e na prática revolucionária de aplicar a democracia operária.

Assim nesta eleição não houve um combate pelo fim da burocratização do sindicato, pois os amarelos não podem levar esta luta pois defendem interesses da classe patronal.

A chapa 1 ganha as eleições com esmagadora maioria de 80% dos votos. Cabe agora a vanguarda revolucionária se aprimorar na defesa do programa que a classe necessita, materializar este programa nas fábricas construindo as comissões de fábricas e atuando no interior do sindicato para que estruture uma fração revolucionária dos metalúrgicos, única forma de combater a burocratização do sindicato.

Securitários: preparar a greve geral por tempo indeterminado

A permanência da burocracia reacionária no sindicato é o elemento fundamental que garantiu a implementação das principais medidas expropriadas do Plano Collor em benefício dos banqueiros, grande capital.

O confisco salarial de 187,90% (inflações de Março/Abril e Maio), a desvalorização da mão-de-obra e as demissões são os principais problemas da categoria securitária.

Assim que lançado o Plano, as demissões ocorreram em grande escala nas pequenas empresas, corretoras de valores, Internacional, etc. As grandes empresas, ligadas aos bancos, procuraram inicialmente desvalorizar mais ainda a mão de obra com a redução de 25% nos salários, com o aumento de produtividade, com a redução das despesas com os funcionários, etc., para depois demitirem em massa. A Itaú Seguros é o melhor exemplo disso, reduziu os gastos inicialmente e somente em junho iniciou o corte dos funcionários, cuja meta é de 20% da folha.

A burocracia reacionária, mantendo a sua política de isolamento e fechamento do sindicato, tem conseguido ainda conter todo o potencial de luta dos securitários. Para evitar o choque de classe, os pelegos vêm procurando canalizar o descontentamento geral para a via parlamentar. Abandonou a posição inicial de apoio explícito ao Plano para, agora, cobrar de Collor, Magri, parlamentares, etc., um reajuste salarial indexado. Esta mudança na sua forma não conseguirá, contudo, ocultar o seu caráter pró-capitalista e pró-imperialista. Ainda que continue mantendo o sindicato no imobilismo, para facilitar a ofensiva patronal, haverá reações isoladas na classe.

As medidas do Plano Collor, aplicadas a uma situação de profunda pobreza já existente, colocaram os securitários numa grande miséria fantástica. O piso salarial chegou a 7.606,29 e a

maioria da categoria, recebendo 1,1/2 a 2 pisos salariais, isso quando o salário mínimo deveria ser de Cr\$ 35.000,00. É isso que coloca objetivamente a tendência da categoria sair ao combate.

Qual tem sido a política da oposição "Securitários Cut classista", dirigida pela T POR?

O problema consiste em libertar o potencial de luta da classe e transformar as reações isoladas que virão em ação de unidade concreta contra a opressão capitalista. E nesse sentido que chamamos à luta conta o rebaixamento salarial e a ameaça de demissões. Defendemos a convocação das assembléias e as campanhas de luta. Consideramos necessário construir uma direção na luta, reconhecida pela categoria, que certamente resultará do combate à burocracia reacionária encastelada no sindicato.

Travar a luta geral

A oposição "SECURITÁRIOS CUT CLASSISTA", dirigida pela T. POR, desde o ano passado vem levantando a necessidade de organizar a resistência ao Plano pró-imperialista que viria. A luta contra as demissões e o arrocho salarial através da preparação da GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, é a atividade central da oposição. A construção da Greve Geral passa necessariamente pela organização dos comandos de luta dentro das empresas; pela eleição do comando de luta da categoria em assembléia geral para se contrapor à comissão burocrática de salários, criada pelo peleguismo. No plano mais geral, trata-se de defender a formação dos comandos estaduais e nacional, opostos às organizações burocráticas e supraestrutural.

Essa é a via que propiciará o combate ao patronato, à burocracia e à formação de um pólo classista na categoria, que se elevará com o direção alternativa ao peleguismo.

Em setembro,

Guillermo Lora no Brasil

A partir do próximo dia 10 de setembro, e durante as duas semanas seguintes, estará no Brasil para uma série de atividades políticas o camarada Guillermo Lora, dirigente do Partido Obrero Revolucionário da Bolívia, organização pertencente ao Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional. Será uma oportunidade para os trabalhadores e para a vanguarda conhecerem as posições do POR boliviano, que serão colocadas nas atividades que a Tendência POR organizará durante a permanência do companheiro e durante sua participação na Semana do aniversário dos 50 anos da morte de Leon Trotski, fundador da IV Internacional e continuador do bolchevismo.

A Tendência POR considera a vinda de Lora como um acontecimento de grande importância para a construção de um partido revolucionário no país, dada a larga experiência do POR adquirida durante décadas de árdua luta revolucionária em seu país, através da qual obteve, através da discussão e elaboração coletiva do programa e da ação revolucionária, conquistas programáticas de valor inestimável, não apenas para o proletariado boliviano, mas para a experiência proletária internacional.

Os pseudo trotsquistas, a nível internacional, têm isolado o POR boliviano através de difamações e acusações sem o menor fundamento, como a de "nacionalismo" ou a de "auto-

glorificação". Durante a vinda de Lora será possível aos trabalhadores e à vanguarda comprovar a total falsidade dessas afirmações, que se constituem na verdade um crime político dada a importância da assimilação da rica experiência do POR na aplicação do Programa de Transição da IV Internacional em seu país.

A tendência POR, considerando a importância do acontecimento, coloca como prioridade a preparação e realização do mesmo e estará, a partir de agora, promovendo uma série de atividades com o objetivo de aproveitar ao máximo essa oportunidade. Estaremos realizando debates, palestras, e publicando obras de Lora e do POR boliviano, como o "Teoria Marxista do Partido Político", "O que é o POR Boliviano", "O que é e o que fará a ditadura do proletariado", etc. Também nos próximos números do MASSAS estaremos dedicando algumas páginas à essa finalidade, a de preparar a vinda de Lora ao Brasil.

Neste número, publicamos um trecho do livro "História dos Partidos Políticos da Bolívia", no qual Lora apresenta como se deu em linhas gerais a evolução programática do POR através da assimilação da experiência do proletariado boliviano, utilizando-se dos instrumentos da crítica e autocrítica e do centralismo democrático para esse fim.

Evolução programática. A II Conferência de 38 aprovou numerosos documentos programáticos, que tinham o defeito básico de repetir generalidades e não de ser a expressão política da experiência já vivida pelas massas. Não podia esperar-se outra coisa, dado o grau de desenvolvimento do partido, mas constituiu um esforço para atualizar as bases programáticas do congresso de fundação.

Foi adotado um programa que superava as iniciais colocações feitas no Congresso de Córdoba. Em "O marxismo na Bolívia", documento anticomunista, se diz que constitui "a expressão do trotsquismo mais ortodoxo". O V Congresso — 1946 —, quando era perceptível o ascenso e radicalização das massas, particularmente dos mineiros, decidiu revisar o programa e os estatutos de 1938, por considerá-los superados pelos acontecimentos, mas as coisas não aconteceram assim.

O documento foi redigido por Warqui. Não supera a concepção mecanicista da história, que se traduz em fatalismo derrotista: impossibilidade de que o POR se transforme em partido de massas; a "inevitável revolução social" como produto exterior e não da evolução boliviana. Sustenta que "a agudização das contradições do capitalismo deve conduzir diretamente à revolução proletária mundial". Em outro lugar: "o Imperialismo... deve fatalmente desencadear a guerra mundial... Mas, por outro lado, trará por sua vez como consequência imediata a revolução social". O programa padece do defeito fundamental de não concretizar conforme a realidade boliviana as leis, os enunciados gerais, do desenvolvimento social. Fala-se da economia combinada, mas não se diz como se projeta no amplo fenômeno superestrutural. Tão pouco se diz como se dá a contradição fundamental na estrutura econômica, como se expressa nela a economia combinada. De modo sintético: o programa não conseguiu expressar a teoria da revolução boliviana, como concretização das leis da revolução socialista mundial. Falar na Bolívia da revolução socialista a

seco constitui um equívoco, porque se passa por alto as particularidades do referido processo. Por outro lado, a contradição econômica fundamental conduz à revolução através da mediação da estruturação do partido político da classe operária, assim esta se converte em alavanca de transformação radical da sociedade.

O grupo do Cochabamba, que vegetava de costas ao desenvolvimento político do país, pretendeu justificar "teoricamente" sua inatividade: "o imperialismo tem preparado as condições objetivas e subjetivas da revolução proletária em todo o mundo". Se isso fosse verdade deveria-se concluir que o partido seria supérfluo.

Quando se fala do tipo de revolução a realizar-se, reduz-se a revolução democrática ao levante camponês e não se pontualiza seus objetivos. Resulta uma "revolução de tipo combinado" porque intervêm proletários e camponeses e não pelos objetivos que correspondem a modos de produção diferentes. A transformação da revolução democrático-burguesa em socialista constitui o miolo da revolução permanente. No programa está ausente a experiência do nacionalismo, o que é explicável. Estão ausentes do documento as reivindicações transitórias, a inter-relação entre as reivindicações imediatas e estratégicas.

Os estatutos adotados não passavam de enunciados genéricos e se percebe nos mesmos a ausência da experiência organizativa do bolchevismo.

O velho programa será superado necessariamente quando o POR se vê obrigado a responder às interrogações colocadas pelas massas na sua evolução, quando teve que dotar o proletariado de um programa político, enfim, quando teve que precisar a estratégia (portanto, também a tática) da classe revolucionária. Isto aconteceu quando o trotsquismo tomou a sério a tarefa de penetração no seio das massas. O Partido se viu obrigado a estudar e conhecer, com ajuda do método mar-

xista, a realidade nacional e a própria classe operária; a dar resposta à polémica desencadeada no campo da esquerda latino-americana e boliviana acerca da caracterização dos países do continente: feudais? capitalistas?. Depois da contra-revolução de 21 de julho de 1946 e da experiência negativa do nacionalismo de conteúdo burguês, se colocava o problema de assinalar a fórmula governamental que respondesse aos interesses gerais ou estratégicos do proletariado, que, no campo sindical, não haviam sido sequer insinuados. A militância porista, desde o seio das massas, tomou em suas mãos essa tarefa descomunal, o que obrigou a dar um enorme salto para frente no plano teórico e político: ganhou seu direito de estar presente no cenário nacional.

A colocação que se fez a respeito foi incomum: a superação teórica veio do campo sindical ao partidário, o que prova que o velho programa porista havia sido superado na prática, sua projeção ideológica seguiu um caminho equivocado. Estamos nos referindo às Teses de Pulacayo, que têm como antecedente direto as deliberações do III Congresso mineiro de Catavi, de março de 1946.

Pela primeira vez, a Bolívia foi caracterizada como país capitalista, atrasado, integrante da economia mundial e vivendo no marco da economia combinada. O proletariado, demograficamente minoritário, foi assinalado como a classe revolucionária conseqüente.

A revolução combinada, protagonizada pela maioria nacional, sob a direção política da classe operária (aliança operário camponesa) foi apresentada como a transformação da revolução democrática ou burguesa em socialista sob a ditadura do proletariado. A classe revolucionária impõe às outras classes suas formas de organização e seus métodos de luta próprios, diversas formas de ação direta. O caminho insurrecional, ponto elevado da luta de classes, e de nenhuma maneira o parlamentarismo, nem o colaboracionismo, conduzirá os explorados rumo à conquista do poder. A unidade e inter-relação entre a estratégia — objetivo final — e tática se dá no método das reivindicações transitórias. As Teses de Pulacayo foram o resultado da aplicação do método do Programa de Transição da IV Internacional à realidade boliviana e mostra ser uma obra original.

As teses penetraram rapidamente nas massas — prova de que foi a resposta adequada ao momento político que se vivia — e dividiu todo o país em dois setores: o primeiro identificado com o proletariado radicalizado e em combate, e o outro que servia à rosca minerária, portando ao imperialismo. Como a renovação e superação programáticas vieram do campo sindical, que então obtinha importantes sucessos, se impuseram ao partido autoritariamente, em que houvesse discussão e autocrítica internas, mudando assim o programa de 1938. A partir deste momento, permaneciam de forma larvária tendências opostas.

A experiência obtida durante as grandes mobilizações do sexênio rosqueiro, a revolução de 1952 e a diferenciação política entre as massas e o nacionalismo burguês, que não tardou em evoluir para as posições imperialistas, permitiu superar o velho programa porista. Através de uma apaixonada e radical discussão interna, foram assentadas as linhas do programa aprovado em 1975, assim continuou sendo o eixo fundamental de evolução política.

No primeiro capítulo do atual programa se declara que a revolução boliviana é parte integrante da revolução socialista mundial, em que pese seus aspectos diferenciais e sua natureza combinada. O POR — acusado pelos revisionistas do trotsquismo como “nacionalista” — ratifica seu alinhamento dentro do internacionalismo proletário, “que se encontra na base de nossa concepção política e de nossos princípios organizativos”, o que lhe obriga a trabalhar em favor da organização da IV Internacional. Realiza um balanço crítico da experiência negativa, nacional e internacional, do nacionalismo burguês e do estalinismo, forças conservadoras. Incorpora-se ao programa o balanço da luta porista contra o foquismo,

caracterizado como estratégia estranha às massas.

No segundo capítulo se incorpora a caracterização do país já feita pela Tese de Pulacayo: Bolívia, país capitalista atrasado. A integração na economia mundial — que vive o período da decadência do imperialismo — tem permitido que desde fora se impusesse a maturidade extrema das forças produtivas para a revolução dirigida pelo proletariado e protagonizada pela nação oprimida. A tardia incorporação à economia mundial e sob a pressão forânea, tem dado lugar à manutenção do atraso na agricultura, à limitada industrialização, junto ao desenvolvimento em certos setores da economia, o que se tem traduzido na economia combinada de diversos modos de produção.

A análise da classe operária — revolucionária por excelência — segue a caracterização da burguesia intermediária, da ampla classe média e do campesinato. Reitera-se o significado da aliança operário camponesa. A Revolução é caracterizada como combinada e permanente.

A análise do ciclo nacionalista é importante porque demonstra que a proposição — comum do nacionalismo e do stalinismo — de desenvolver o país no marco capitalista está esgotada. É o proletariado como classe que determina essa caducidade, além da decadência internacional do capitalismo. Em outras partes do mundo é o stalinismo que proporciona ao nacionalismo seus argumentos: o desenvolvimento das forças produtivas permite unicamente a revolução democrática; na Bolívia o PCB toma suas colocações do MNR em desagregação e pretende substituí-lo, propósito alentado por outros grupos.

As proposições marxistas tradicionais sobre o controle operário das empresas se vêem superadas pela colocação do controle operário coletivo que emerge da rica experiência das massas neste plano.

Na base da estratégia porista aparece o eixo da aliança operário-camponesa e a tática fundamental para todo o período que conduz à conquista do poder pela nação oprimida dirigida pelo proletariado: a frente revolucionária antiimperialista, sendo seus antecedentes mais visíveis a Assembléia Popular de 1971 e a FRA de fins do mesmo ano.

Finalmente, se analisa a ditadura do proletariado, verdadeiro governo operário e camponês, que necessariamente tem que se projetar para a unidade continental como os Estados Unidos Socialistas da América Latina, o que supõe a realização de revoluções proletárias nos outros países. Tal é o caráter internacional da revolução.

No campo político o POR chegou a um elevadíssimo nível. O mesmo acontecendo com os novos estatutos, que não só tornam preciso o que se deve entender por centralismo democrático, como também normalizam sua aplicação.

Ao concretizar a revolução permanente, o POR foi revelando aspectos novos da mesma. Tem dito que a Bolívia já vive sua experiência capitalista sob a forma de economia combinada, o que supõe que já não passará por uma outra etapa de pleno desenvolvimento do capitalismo. Foi precisado como deve materializar-se o controle operário da classe nas empresas. Outro aspecto sugestivo: foi superada a velha concepção de política militar do proletariado e proposta a criação de uma tendência revolucionária dentro das FFAA, que compreenda soldados, sargentos, suboficiais e jovens oficiais.

Ultimamente foi colocado a necessidade de transformar o governo municipal em um popular, busca converter às comunas em órgãos de poder. Foi dito que os candidatos devem ser eleitos pelos organismos populares e pelos “cabildos” (n.t. uma espécie de assembléia comunal) abertos e que vereadores e prefeitos devem se subordinar ao controle e à orientação dos delegados das organizações populares; que aqueles que dirijam as municipalidades ganhem unicamente remunerações que correspondam à média dos salários vigentes no país.

Agrava-se a necessidade da revolução política no Leste Europeu Só o Partido Revolucionário é capaz dessa tarefa

A recente viagem de Gorbachev aos EUA foi realizada em meio a uma grande crise da ala dirigente da burocracia soviética. Após o anúncio das reformas econômicas decretadas pelo governo, as massas correram aos postos de abastecimento para adquirir a maior quantidade de alimentos e produtos de consumo popular de modo a estocá-los antes da liberação dos preços que haveria a partir de 1 de julho. Além da alta de preços, a reforma ameaça os trabalhadores com o fantasma do desemprego, conseqüência inevitável do fechamento de milhares de unidades produtoras de bens e serviço promovido pela reforma. Gennady Yanayev, presidente do Conselho nacional de sindicatos, membro da burocracia e defensor do pacote, admite que o desemprego atingirá 40 milhões de pessoas nos próximos 10 anos. O repúdio das massas a estas medidas tem aumentado o sentimento atiburocrático e ameaça a popularidade de Gorbachev, assim como a sua capacidade de processar pacificamente o trânsito de uma economia centralmente planificada e de propriedade estatal para uma de mercado, que restabeleça a grande propriedade capitalista. Por outro lado, a rebelião das nacionalidades oprimidas pela burocracia ganhou em intensidade e violência nas últimas semanas e se estende agora às Repúblicas da Ásia central, até agora adormecidas (Uzbequistão e Tadjiquistão).

Como se não bastassem estes problemas, Boris Yeltsin acaba de ser eleito presidente da Federação Russa, a maior e mais rica das repúblicas soviéticas. Yeltsin representa a ala mais furiosamente pró-imperialista da burocracia e tem se destacado pelas suas críticas à tibieza e lentidão das reformas de Gorbachev. É considerado, não sem fundamento, um provável sucessor dele.

Estes elementos explicam porque Gorbachev precisava desesperadamente do apoio do imperialismo para se manter na condução do processo contrarrevolucionário em andamento. E o encontro de cúpula demonstrou que, pelo menos por enquanto, os imperialistas continuam apostando em Gorbachev. À medida que a burocracia caminha para concluir seu trabalho contrarrevolucionário, acirra sua oposição ao proletariado e depende cada vez mais do suporte imperialista para se manter. Em 3 de junho, o presidente soviético diante de destacados capitalistas presentes num hotel de Minneapolis perguntou "Que tipo de União Soviética o presidente e o povo dos EUA querem ver? Uma União Soviética em tumulto, ou um estado democrático nobre que está mudando?" — num claro apelo para conseguir apoio à sua política.

Por seu lado, a permanência de Gorbachev na condução do processo é encarada pelos imperialistas como a garantia de uma relativa estabilidade e à sua queda poderia abrir uma situação imprevisível, não desejada por eles. Esta circunstância explica em parte a moderação com que os yanques pressionaram sobre a situação lituana. Em parte porque ao mesmo tempo interessa aos imperialistas a "unidade" soviética sob comando da burocracia, porque vêem nesta a porta a um grande e único mercado e porque precisa desgastar ou anular as tendências democráticas genuínas de autodeterminação nacional presentes na revolta do Báltico. Numa fase posterior, tendo arrefecido estas tendências, as nacionalidades oprimidas pela ditadura burocrática seriam uma presa mais fácil da sua voracidade.

Já na questão da unificação alemã a persistência da polémica indica atritos mais aparentes do que reais. Por um lado, o Pacto de Varsóvia acaba de se autodissolver formalmente como aliança militar dentro da estratégia de restauração capitalista para uma Europa oriental desenhada por Gorbachev e pelo imperialismo; e toda a "resistência" dos burocratas a uma Alemanha unificada e a OTAN não passa de uma chantagem para tirar proveito do seu poderio nuclear em troca de uma participação maior nos negócios com o imperialismo. Os americanos, por seu lado, utilizam o fantasma dos mísseis soviéticos para justificar a manutenção da OTAN e a ocupação militar da Alemanha. Esta é uma carta muito valiosa para o imperialismo americano em crise e ameaçado pela concorrência japonesa e alemã. Conforme NY Times de 28.05, "A OTAN é o veículo escolhido pelos EUA Para influenciar a nova arquitetura da Europa."

O "apoio" americano mais efetivo, entretanto, não foi além de acordos comerciais celebrados. Todas as medidas acordadas visam fortalecer as relações de mercado n URSS; direito de empresas americanas operarem contas bancárias em rublos, transações comerciais em moedas livremente conversíveis, proteção pelos soviéticos de marcas e patentes americanas em troca de uma promessa de tratamento preferencial futuro na taxação de importações soviéticas pelos americanos. Espera-se com isto fortalecer o setor de mercado da economia e asfixiar ainda mais a propriedade estatal. O resultado evidente destes acordos é uma maior dependência da burocracia com respeito ao suprimento imperialista, condicionado por sua vez à marcha do processo pró-capitalista restaurador, conduzido até agora por Mikhail Gorbachev. Mas já começam a se ouvir críticas por parte de setores imperialistas à lentidão das reformas. A revista The Economist, por exemplo, condena o fato do gover-

no soviético não ter-se convencido "a tomar como meta uma economia completa de mercado", atribuindo esta fraqueza à falta de legitimidade, que, segundo os imperialistas ingleses, já teria adiado também outras reformas mais ousadas, para concluir sugerindo o modelo polonês, onde a burocracia impopular entregou o poder ao Solidariedade, que tinha condições de bancar medidas impopulares. É neste contexto que a alternativa Yeltsin se prepara.

O ponto de estrangulamento da política da burocracia é justamente a sua tremenda impopularidade e o repúdio das massas. Estas já demonstraram sua disposição de reagir aos ataques contra suas mais caras conquistas. Além das greves e manifestações até agora feitas contra o governo, tem crescido o boicote violento às novas "empresas socialistas" da era Gorbachev. Esse boicote normalmente conclui na destruição dos produtos dessas empresas. Certamente os trabalhadores identificam nestas o rearmamento do seu inimigo de classe.

Estes elementos, sinteticamente arrolados, indicam que as condições para a revolução política na URSS e a Europa Oriental são favorecidas pela característica abertamente pró-capitalista das burocracias que usurparam o poder do estado dos operários. Este fator, porém, não é suficiente. A revolução política depende da presença do partido revolucionário, sem o qual as massas soviéticas e europeias marcharão às cegas. É preciso dizer claramente, para se diferenciar do charlatanismo revisionista e democratizante dos pseudo-trotskistas, que este partido só pode ser a IV Internacional Trotskista, que tenha como estratégia a instauração de um regime fundado no poder das organizações das massas, na democracia direta, no livre desenvolvimento da capacidade criadora das massas, ou seja; na Ditadura do Proletariado.

Eleições na Tchecoslováquia

Confirmou-se a vitória do "Fórum Cívico" do do "Povo Contra a Violência" nas eleições para o Parlamento Federal da Checoslováquia. Das 300 cadeiras que compõem a Câmara do Povo e a Câmara de Nacionalidade, 170 ficarão com as correntes acima citadas, 47 com os antigos estalinistas e 40 com a União Democrata Cristã. O recém-eleito parlamento terá como tarefa elaborar uma nova Constituição e eleger um presidente. Dada a composição, o Fórum Cívico terá de fazer uma aliança para obter a maioria de três quintos. A grande imprensa alardeou como uma monumental vitória da democracia, necessária para realizar reformas econômicas que restabeleçam a economia de mercado, que quer dizer retroceder a Checoslováquia para a forma capitalista. O reformista e ex-estalinista Alexander Dubcek, logo após sua eleição, declarou: "essa eleição deverá representar um primeiro passo do país para a Europa". Isso significa o desejo de se integrar na Europa burguesa.

As eleições ocorreram como resultado da desintegração do Partido Comunista (estalinista) Checo, em meio a grande manifestação de massa. E o PC participou no processo eleitoral defendendo a mesma perspectiva de introdução da economia de mercado, procurando apenas se diferenciar com o argumento de que é necessário contrabalancear as reformas pró-capitalistas com medidas sociais capazes de diminuir o impacto sobre a vida das massas, como por exemplo o desemprego. Desta forma, o fundamental das eleições é que os trabalhadores checos estão sendo ludibriados tanto pelos democratas pró-capitalistas quanto estalinistas.

Estrutura-se uma "santa aliança" favorável à colaboração com o imperialismo em crise. Não é de surpreender a denúncia que o organismo imperialista "National Endowment for Democracy", dominado pelos Estados Unidos, tivesse influenciado nas eleições com a contribuição de 400 mil dólares para Vaclav Havel do Fórum Cívico.

O proletariado checo tomará consciência do papel histórico das tendências democratizantes pró-capitalistas assim que sentir na pele as conseqüências da economia de mercado, isto é, rebaixamento salarial, privatização das estatais, submissão do país ao capital internacional, carestia, desemprego, etc. Porém, antes da Checoslováquia chegar a esse estágio, poderá se rebelar amplamente e criar as condições para construir um partido revolucionário, destinado a defender as bases da economia socialista. Fora com a democratização pró-capitalista e pró-imperialista! Pela revolução política sob a direção do proletariado socialista!